

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA

**O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO APROFUNDAMENTO DAS EXPRESSÕES
DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PARANAGUÁ-PR.**

MATINHOS

2016

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA

**O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO APROFUNDAMENTO DAS EXPRESSÕES
DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PARANAGUÁ-PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Câmara
do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do
Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giselle Ávila Leal de Meirelles.

MATINHOS

2016

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora realizaram em **13 de julho de 2016** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **Carolina de Miranda Evangelista**, sob o título "O Serviço Social frente ao aprofundamento das expressões da "questão social" no centro de referência especializado em assistência social de Paranaguá-PR.", como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito APL.

Matinhos, 13 de julho de 2016.



Dr.ª Giselle Ávila Leal de Meirelles
(Orientadora)



Dr.ª Silvana Maria Escorsim
(Docente da UFPR)



Dr. Arnenes de Jesus Ramos Junior
(Docente da UFPR)



Carolina de Miranda Evangelista
(Discente de Serviço Social)

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus
maiores amores,
meus pais, Joel e Nilva,
e ao meu noivo, Holiver Lourenço.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, Joel e Nilva, pelas demonstrações de carinho e palavras de apoio durante esta trajetória.

Ao meu noivo, Holiver, por todo incentivo, carinho, amizade, compreensão e apoio nos momentos que mais precisei.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Giselle Ávila Leal de Meirelles, por sua generosidade, atenção, incentivo e amizade, durante este período de aprendizagem, e principalmente, por seu amor à profissão, que nos instiga a aprofundarmos nosso conhecimento sobre a temática abordada ao longo desta pesquisa. A senhora teve um papel fundamental na construção teórica deste trabalho.

Aos professores, Dr.^o Armenes de Jesus Ramos Junior e a Dr.^a Silvana Maria Escorsim, pelo aceite em participar da banca de avaliação, e pelas análises e apontamentos necessários para o enriquecimento teórico deste trabalho.

A minha supervisora de estágio, Alessandra Delfino Genelhoud, que me aceitou de braços abertos, e proporcionou compreender os desafios da atuação do serviço social dentro do espaço sócio-assistencial.

A minha amiga, Renata Falcão, por sua amizade e companheirismo durante este processo de conhecimento, os momentos difíceis foram muitos, mas os bons superaram tudo.

A minha amiga, Priscila Moreira Daveis, pela jornada de amizade que mantivemos durante esses anos, fortalecida a cada dia.

As minhas amigas, Daniele, Isabele, Leticia, Maria, Taiane e Thaisa, pelos momentos de descontração e construção de conhecimento que tivemos em alguns momentos.

A câmara do curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Paraná setor Litoral, por nos proporcionar professores comprometidos com o Projeto Ético Político Profissional.

E aos colegas da turma de Serviço Social 2012, levarei todos comigo em minha memória e coração.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os principais desafios do serviço social frente ao aprofundamento das expressões da "questão social" na contemporaneidade. Para alcançar este objetivo realizamos uma análise da Crítica da Economia Política para compreender as contradições inerentes ao modo de produção capitalista que coloca frente a frente capitalistas x proletariado e como este processo incide no aparecimento do exército industrial de reserva. Analisamos também, os movimentos do capital referentes a produção e reprodução das relações sociais e a consequente necessidade de emergência do Serviço Social na década de 1930 no Brasil, profissão esta que irá intervir diretamente nas expressões da "questão social". Este estudo apresenta os processos que levaram ao reconhecimento da profissão até o movimento de intenção de ruptura, ou seja, traz toda a conjuntura histórica, econômica, política e social que impôs ao serviço social o desafio de se reconhecer e propor a mudança no campo teórico da profissão. E por fim, nos inserimos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Paranaguá, para buscar respostas da categoria profissional a respeito do objeto de estudo. Este trabalho tem o intuito de apresentar o serviço social contemporâneo e apontar a importância da apropriação crítica da economia política para a compreensão da totalidade da vida social.

Palavras-Chave: Modo de produção capitalista; Serviço Social; Expressões da "questão social".

ABSTRACT

This study aims to analyze the main challenges of social work against the deepening of the expressions of the "social question" in contemporary times. To achieve this we conducted an analysis of the Critique of Political Economy to understand the contradictions inherent in the capitalist mode of production that puts face to face capitalist x proletariat and how this process affects the appearance of the industrial army reserve. We also analyzed the movements of capital relating to production and reproduction of social relations and the consequent need for emergency social service in the 1930s in Brazil, this profession that will intervene directly in the expressions of the "social question". This study presents the processes that led to the recognition of the profession to the movement of rupture of intent, ie, brings the historical conjuncture, economic, political and social imposed social service the challenge of recognizing and propose the change in the theoretical field the profession. Finally, we insert in the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in the city of Paranaguá, to seek answers in the professional category regarding the object of study. This work aims to present the contemporary social work and highlight the importance of critical appropriation of political economy to understand the totality of social life.

Key-word: Capitalist Mode of Production; Social Work; Expressions of the "social question".

LISTA DE ABREVIATURA E/OU SIGLAS

AI	-	Ato Institucional
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
CAPs	-	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CBCISS	-	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS	-	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	-	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNSS	-	Conselho Nacional de Serviço Social
CONANDA	-	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	-	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DC	-	Desenvolvimento de Comunidade
Enem	-	Exame Nacional de Ensino Médio
FGTS	-	Fundo de Garantia por tempo de Serviço
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FIES	-	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
IAPs	-	Instituto de Aposentadorias e Pensões
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
Lula	-	Luís Inácio Lula da Silva
MARE	-	Ministro da Administração e da Reforma do Estado
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	-	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPC	-	Modo de Produção Capitalista
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OPEP	-	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEFI	-	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAEG	-	Plano de Ação Econômica de Governos
PBF	-	Programa Bolsa Família
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro

PCdB	-	Partido Comunista do Brasil
PDRE	-	Plano Diretor de Reforma de Estado
PIA	-	Plano Individual de Atendimento
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	-	Política Nacional de Assistência Social
Pronatec	-	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	-	Programa Universidade para Todos
PT	-	Partidos dos Trabalhadores
SENAI	-	Serviço Social de Aprendizagem Industrial
SESI	-	Serviço Social da Indústria
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social
TCC	-	Trabalho de Conclusão de Curso
UNE	-	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 Economia Política Marxista e as expressões da “questão social”.....	16
1.1 Um breve histórico da Revolução Industrial e a ascensão da classe trabalhadora. ..	16
1.2 O capital como reprodutor das relações sociais.....	21
1.3 Trabalho socialmente necessário + Trabalho excedente = Mais-valia.....	25
1.4 As expressões da “questão social”.....	29
1.5 Neoliberalismo: um aprofundamento das expressões da "questão social".....	35
2 O Modo de Produção Capitalista e o Serviço Social.....	48
2.1 Serviço Social brasileiro: da emergência até a intenção de ruptura.....	48
2.2 A Ditadura Militar e o Período De Reconceituação Do Serviço Social Brasileiro ..	56
2.3 A Política Nacional de Assistência Social e sua materialização no Centro de Referência Especializada de Assistência Social de Paranaguá.	68
2.3.1 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Paranaguá.....	70
2.3.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI):	72
2.3.1.2 Serviço Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	72
2.3.1.3 Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.	73
2.3.2 Principais instrumentais técnico-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais no CREAS de Paranaguá-PR.	74
3 Metodologia utilizada para elaboração desta Pesquisa Científica.	80
3.1 Principais Delineamentos da Pesquisa.	81
3.1.1 Níveis de Pesquisa.....	82
3.1.2 Técnicas para Coleta de Dados.	83

3.2 Análise dos dados obtidos através das entrevistas obtidas com as assistentes sociais do CREAS acerca do objeto de estudo.	84
3.2.2 Um balanço das análises obtidas.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE 1	107
APÊNDICE 2	109

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a “questão social” é um tema que vem ganhando visibilidade no mundo capitalista ocidental. Para muitas pessoas, a “questão social” é vista como o resultado natural das desigualdades sociais. Entretanto, para aqueles que adotam a perspectiva crítica de Marx, a “questão social” não se refere a uma consequência natural das desigualdades. Na ótica marxista, tanto as desigualdades sociais quanto a “questão social” são resultado da exploração capital x trabalho.

Sendo assim, tivemos que iniciar a construção de um referencial teórico que nos proporcionasse compreender os movimentos de exploração das relações sociais do Modo de Produção Capitalista (MPC), e como este processo incidiu diretamente na necessidade de emergência do serviço social como profissão. E, a partir desta construção teórica, pudéssemos analisar o Serviço Social no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), frente ao aprofundamento das expressões da “questão social” no município de Paranaguá-PR.

Visto isso, a construção desta pesquisa se justifica porque consideramos que esta temática não tem sido apresentada com frequência nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Serviço Social. Acreditamos que muitos acadêmicos saem da universidade para se inserirem nos espaços sócio ocupacionais sem compreender em profundidade as relações sociais de produção mistificadas pelo capitalismo e como tais relações se desdobraram na necessidade de um profissional atuante nas expressões da “questão social”.

O Serviço Social emerge num campo de contradições e jogo de interesses. De um lado estava à burguesia, ansiando pelo aumento de produtividade e, conseqüentemente, dos lucros extraídos por meio da mais-valia. Por outro lado, estava a Igreja Católica almejando a retomada do poder e a reestruturação da sociedade nos preceitos morais e éticos cristãos. No centro desse conflito estava a classe trabalhadora com seus direitos violados por interesses em comum de uma minoria dominante. As mediações do Estado de capitalismo monopolista previram a emergência de várias profissões, dentre elas o serviço social que, durante muito tempo, atuou de acordo com os interesses da classe dominante buscando apaziguar os movimentos dos trabalhadores ao oferecer-lhes em troca uma intervenção de cunho assistencialista e filantrópico.

Sendo assim, consideramos ser importante apresentar um trabalho à luz do serviço social contemporâneo dentro de um espaço sócio-assistencial, no município de

Paranaguá, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social. O CREAS é um equipamento público atuante nas violações de direitos de cidadania frente ao aprofundamento das expressões da “questão social” na contemporaneidade.

Deste modo, este trabalho não será somente importante para os acadêmicos de Serviço Social, mas também para os profissionais – assistentes sociais do espaço sócio assistencial no sentido de contribuir para que eles aprofundem suas análises as intervenções que estão realizando para os usuários, visto que nossa profissão atua na garantia de direitos sociais e trabalhistas.

A vivência no estágio realizado no CREAS de Paranaguá em 2014/2015 nos permitiu o reconhecimento e aprendizado do espaço sócio ocupacional – a dinâmica de trabalho dos profissionais inseridos nesse espaço, a intervenção interdisciplinar da equipe e das dimensões técnico-político, ético-político e teórico-metodológico da profissão. Aquela vivência possibilitou também, uma aproximação com as expressões da “questão social” entendendo-a enquanto a matéria-prima do trabalho do/a assistente social e das dificuldades existentes para uma intervenção social mais crítica nesse objeto de estudo do Serviço Social. Isto porque, em alguns momentos, os profissionais do CREAS questionavam se a intervenção nos casos de vulnerabilidade social era realmente pela busca da garantia de direitos sociais ou se apenas uma reprodução necessária para o capital continuar sua exploração na relação capital x trabalho, resultando em expressões da “questão social”.

Neste sentido, indagamos quais os principais desafios para o Serviço Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Paranaguá frente ao aprofundamento das expressões da “questão social” na contemporaneidade?

Para responder a esta indagação, tivemos que nos aventurar nas profundezas do sistema capitalista e compreender quais movimentos promovem a produção e reprodução das relações sociais neste modo de produção. Além disto, procuramos identificar como a nossa profissão se posiciona frente a esse processo de produção visando à garantia de direitos sociais. Tendo em vista que, enquanto futuros profissionais iremos atuar neste sistema produtivo através da venda de nossa força de trabalho, penso que o posicionamento profissional deve ser resistente às expressões de pauperização da classe trabalhadora e as variadas expressões de desigualdades sociais, denominadas de expressões da “questão social”, para a qual é voltada a nossa intervenção.

Partimos da hipótese de que os desafios do Serviço Social do CREAS de Paranaguá estão relacionados ao acirramento das expressões da “questão social”, frente ao aprofundamento do capitalismo contemporâneo atrelado ao acirramento da pobreza e desigualdade social. Entendemos que a cada renovação do capital, o modo de produção capitalista se torna mais agressivo, e junto a isto temos na atualidade a política neoliberal que assola a classe trabalhadora do país. Mesmo que no atual governo a perspectiva neoliberal esteja mais branda, quando comparada ao período que antecedeu o governo Luis Inácio Lula da Silva (Lula), ou seja, o período de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o neoliberalismo se mantém como proposta econômica num mundo globalizado. E, o neoliberalismo influencia para a redução de direitos sociais garantidos ao longo da trajetória da classe trabalhadora e na criação de políticas públicas estatais.

O objetivo principal deste trabalho é analisar os principais desafios para a atuação do serviço social frente ao aprofundamento da "questão social" no município de Paranaguá. Para o alcance deste objetivo traçamos alguns caminhos teóricos. Inicialmente, analisamos o modo de produção capitalista na perspectiva marxista, indicando os principais elementos que promovem o aprofundamento das expressões da "questão social". Depois, buscamos compreender os processos sócio-históricos do serviço social e sua vinculação à "questão social" e por fim, realizamos uma pesquisa qualitativa com os profissionais de serviço social vinculados, direta ou indiretamente, nos processos de atendimento social do CREAS de Paranaguá.

No primeiro capítulo, elaboramos uma breve síntese da evolução do capitalismo ao longo da história, salientando que o capitalismo se constituiu como tal a custa da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Deste modo, para compreendermos o processo de exploração capitalista analisamos algumas categorias que fazem parte do modo de produção capitalista. Explicamos como a mais-valia é o resultado da reprodução ampliada do capital; como a (re) produção intensa do MPC promove as expressões da “questão social”, a permanente busca de ampliação das taxas de lucro por parte dos capitalistas e o neoliberalismo como princípio socioeconômico que leva ao aprofundamento das expressões da “questão social”.

No segundo capítulo, devido às consequências da exploração capital x trabalho, o capitalismo necessitou de um profissional especializado para atuar nas mazelas da sociedade, visto que as expressões da “questão social” ainda não eram vistas pelo Estado e nem pela sociedade como resultado da exploração. Deste modo, realizamos uma breve síntese do processo histórico, político, econômico e social da trajetória da

profissão, desde as protoformas do serviço social até o movimento de intenção de ruptura. A profissão foi desafiada ao longo da sua trajetória pelos interesses do capital, entretanto, apesar dos desafios, a categoria profissional luta diariamente por uma sociedade mais justa e igualitária.

E por fim, no terceiro capítulo, explicamos a metodologia utilizada para alcançarmos os objetivos que foram postos neste trabalho, e para isto, analisamos o referencial teórico através da vertente marxista, que faz a crítica a economia política, utilizando obras de autores renomados do serviço social. Como este é um trabalho pautado no marxismo, utilizamos O Capital Livro I de Karl Marx. Utilizamos também, fontes documentais para acessar a legislação que permeia o serviço social.

No terceiro e último capítulo, apresentamos a metodologia utilizada para a pesquisa de campo e as análises das entrevistas realizadas com as assistentes sociais do CREAS.

1 Economia Política Marxista e as expressões da “questão social”.

Iniciaremos este capítulo partindo da premissa de que o objeto de estudo e a intervenção do Serviço Social estão vinculados as expressões da “questão social”. Sendo assim, seguimos a orientação teórica de Iamamoto e Carvalho (2014) quando afirmam que o aparecimento da “questão social” no Brasil

diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômica-social brasileira. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.133).

Neste sentido, podemos situar as expressões da "questão social" no marco da sociedade capitalista e as contradições de classe que lhe são inerentes.

Para iniciarmos este estudo, propiciaremos uma linha cronológica de acontecimentos sócio-históricos que, influenciados pelo jogo de interesse da sociedade burguesa, necessitou a emergência de um profissional que reforçasse as relações sociais engendradas do sistema capitalista. Deste modo apresentaremos alguns elementos da Economia Política pautando-nos, principalmente, no livro de José Paulo Netto & Marcelo Braz, intitulado Economia Política: uma introdução crítica (2012). Seguimos a orientação dos autores que, já de início afirmam seguir a ótica de Lênin (1982, p. 29) para definir a Economia Política, ou seja, “o objeto da Economia Política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre homens na produção, a estrutura social da produção” (NETTO & BRAZ, 2012, p. 38).

Por conseguinte, traremos alguns elementos necessários para a compreensão das relações de exploração capital/trabalho e o aparecimento das expressões da “questão social”.

1.1 Um breve histórico da Revolução Industrial e a ascensão da classe trabalhadora.

Para compreendermos a Revolução Industrial e seu processo de contradição que engendram a mistificação da exploração do trabalhador através do processo de produção e distribuição de mercadorias é preciso retroceder ao ponto de transição do

feudalismo para a acumulação primitiva do capital, denominada também de pré-capitalismo ou mercantilismo.

O Antigo Regime – Feudalismo, predominantemente na Europa da Idade Média possuía como base econômica a troca de produtos agrícolas e o valor monetário não era vinculado às mercadorias existentes naquele período. Os senhores feudais detinham as terras – propriedades que até então não eram privadas, pois, as terras eram herdadas ou doadas pela Igreja Católica para um nobre. Neste sentido havia os camponeses, os quais exerciam a atividade braçal para a produção da terra, e com isso, poderiam extrair uma pequena parte do que era coletado para sua subsistência, porém o excedente era apropriado pelos senhores feudais. Os camponeses eram extremamente explorados devido a sua condição social, na qual era demasiadamente rara a possibilidade de mobilidade social, sendo que os camponeses viviam subordinados aos senhores feudais devendo aceitar sua condição de servos dos senhores das terras.

Entretanto, por volta do século XVI este sistema entrou em crise. Martinelli (2003) nos explica que aquela crise possui duas vertentes

de um lado, decorrentes da intensa difusão das transações monetárias em seu interior e de outro da desintegração da estrutura feudal.[...] Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil,[...] as relações de produção no campo são invadidas pela variável comercial, as trocas se tornam cada vez mais complexas, pois passam a ter como objetivo a acumulação de riqueza e o lucro. (MARTINELLI, 2003, p.31).

A burguesia golpeou sorrateiramente os camponeses com a promulgação pelo Parlamento Inglês, juntamente com a Casa Real a dinastia Tudor (1485-1603), quando permitiu que os senhores feudais cercassem suas terras impedindo a entrada dos camponeses em suas propriedades, que agora a partir desta dinastia se tornavam privadas. Deste modo, “o prospero dono da terra, da propriedade agrícola, vai metamorfoseando-se em comerciante ou em mercador, passando, em seguida, de comerciante a atacadista, fazendo do comércio exterior e do monopólio a base essencial de sua riqueza” (MARTINELLI, 2003, p.32).

Como os antigos senhores feudais estavam num processo de renovação e transição para um sistema econômico mais avançado, a classe trabalhadora se viu num novo processo de produção, uma vez que antes havia terras onde retiravam os meios de subsistência para si e para sua família e agora se encontravam como trabalhadores “livres” para o mercado.

Deste modo se inicia a transição do sistema feudal para um sistema mais “avançado”, que culmina com a Revolução Industrial, iniciada por volta de 1770, que ocorreu num estágio em que o capitalismo tinha passado a ser concorrencial. Esse processo se originou na Inglaterra e depois se expandiu para outros países da Europa, promovendo a evolução de um sistema que busca favorecer determinada classe, a burguesia, que detém os meios de produção.

Outro fator importante para a ascensão do capitalismo e da classe burguesa foi a Revolução Inglesa que “abriu caminhos para uma nova política econômica e social, liberando a indústria das concessões de monopólios feitas pelos reis e criando espaços necessários para a livre expansão do capitalismo” (MARTINELI, 2003, p. 34). Houve ainda a Revolução Francesa, que “realizou no plano político o trânsito para o capitalismo, [...] na busca de seus objetivos de derrubar o Antigo Regime e instalar a sociedade burguesa, levou à demolição da máquina estatal e fez ruir a estrutura social do feudalismo” (MARTINELLI, 2003, p.35).

O início da Revolução Industrial na Europa, inicialmente na Inglaterra, trouxe avanços no que se refere ao modo de produção de mercadorias, pois naquele período emergiram indústrias que mecanizaram o que até então era produzido manufatureiramente, como à tecelagem e a máquina de tear. Outro grande avanço foi a invenção de máquinas a vapor, que mais tarde proporcionou o estímulo à indústria siderúrgica.

Este processo culminou com a criação das cidades industriais, pois o trabalhador rural buscou as cidades urbanas indústrias onde pudesse vender sua principal e mais preciosa ferramenta, a força de trabalho, sendo assim o proletariado “se via substituído pela máquina, que já não dependia de sua energia para se mover, separado de sua força de trabalho, pois somente ela, tornada mercadoria, interessava aos donos do capital” (MARTINELLI, 2003, p.36).

Entretanto, como tudo que se refere ao avanço do Capital, controversamente, estes avanços ocorreram à custa da exploração da classe trabalhadora, visto que o proletariado foi submetido a condições de trabalho desumanas, com jornadas de dezesseis (16) horas de trabalho diárias, as quais contavam com homens, mulheres e crianças, sendo que os dois últimos recebiam ainda menos do pouco que era pago ao trabalhador masculino. A história demonstra que naquele período os trabalhadores eram

extremamente pauperizados¹. As indústrias, com seus ambientes de trabalho, não possuíam condições salubres. O índice de periculosidade era altamente elevado e os trabalhadores sofriam inúmeros acidentes com o manuseio das máquinas.

Martinelli (2003) analisa que, a burguesia posicionava a indústria como

seus novos deuses e não hesitavam em louvar continuamente, brindando-os com renovadas oferendas, mantendo-os alimentados da energia vital que roubavam dos trabalhadores, homens, mulheres, jovens, adultos e até mesmo crianças, expropriando-os de sua força de trabalho. O seu templo – a moderna indústria – permanecia sempre cheio, porém não de adoradores mas de operários, cuja vida era cotidianamente sacrificada em nome da acumulação do capital e da produção da mais-valia. (MARTINELLI, 2003, p. 36).

Porém o proletariado não aceitou passivamente esta condição e a primeira revolta da classe trabalhadora foi o movimento *Luddita*². Entretanto este movimento não teve muito êxito visto que a revolta e objeto de ataque eram as máquinas, e a burguesia, detentora dos meios de produção, aplicou medidas graves contra o proletariado, ou seja, para quem continuasse com as revoltas haveria a pena máxima de morte. Tomando consciência de que seu objeto de revolta e manifestação contra as máquinas estava equivocado, a classe trabalhadora começa a sua consciência e organização enquanto classe, entretanto, para que pudessem efetivamente promulgar a sua organização, a classe trabalhadora deveria buscar a revogação da “lei que proibia o direito a associações aos aprendizes de ofício” (MARTINELLI, 2003, p. 45).

É somente em 1824, com a união das organizações dos trabalhadores – a corporativista e a sindicalista -, que acontece uma grande manifestação na cidade de Manchester, a partir da qual os trabalhadores conseguiram a aprovação de uma legislação que revogava todas as leis anteriores contra a livre associação trabalhista.

Todavia, é em 1834 que a movimentação sindicalista dá um enorme salto com a criação do Sindicato Geral Nacional Consolidado – *Trade Union* -, onde Engels

¹ “A pobreza absoluta é um conceito equivalente ao que se denomina pobreza extrema, ou seja, o aviltamento das condições materiais de sobrevivência de um ser humano ou de sua família. Neste caso, a medição é realizada por meio da renda auferida pelo trabalhador (renda do trabalho) ou pela renda da família (preferencialmente a renda per capita), avaliando-se em que medida estes sujeitos conseguem adquirir a cesta básica de consumo para satisfação de suas necessidades imediatas. Já a pobreza relativa, [...] se refere a um padrão de consumo mais elevado do que a pobreza absoluta e pode ocorrer mesmo diante de algumas melhorias nas condições gerais de vida do trabalhador” (MEIRELLES, 2015, p. 68).

² “Unidos em um movimento que tinha por objetivo central a destruição das máquinas e revoltados com o rigor das medidas adotadas pelas autoridades, os trabalhadores intensificaram seus ataques. O movimento, que em alusão a um de seus líderes, o trabalhador Willian Ludd, recebera o nome de *luddismo* ou movimento *luddita*, se estendeu de forma anárquica por todos os distritos manufatureiros ingleses, sobretudo durante os primeiros quinze anos do século XIX” (MARTINELLI, 2003, p.44).

(1985) sintetiza os objetivos principais como: “fixar o salário, negociar *em masse*, enquanto força, com patrões, regulamentar os salários em função dos benefícios do patrão, aumenta-lo no momento propício e mantê-lo ao mesmo nível para cada ramo de trabalho” (ENGELS³, 1985 apud MARTINELLI, 2003, p.47).

Avançando alguns anos, em 1838, vemos um movimento extremamente importante para a classe trabalhadora, organizada pela Associação Geral dos Trabalhadores, a qual elaborou um documento, denominado de Carta do Povo, em que reivindicava alguns avanços para a classe, entre eles: a redução da jornada de trabalho para dez horas, a renovação anual do parlamento, dispositivos eleitorais igualitários para que possa haver representações da classe trabalhadora, entre outros.

Lembrando que essa trajetória teve como protagonista a classe trabalhadora e trouxe avanços não só para o trabalho, mas, para a construção e consolidação da classe em si, Martinelli (2003) nos mostra alguns avanços

1. o trânsito de condição de classe para a consciência de classe estava em curso na classe trabalhadora, levando-a a discernir com mais clareza a natureza de seu papel revolucionário; 2. a importância da construção de alianças, inclusive extraclasses, para consecução dos objetivos buscados pelos trabalhadores, havia ficado clara até a evidência; 3. a essa altura, o domínio do capital sobre o trabalho já era abertamente contestado e repudiado pelos trabalhadores; 4. os trabalhadores tinham consciência de que, através de suas manifestações, podiam pressionar tanto a burguesia quanto o poder público para atingir seus objetivos. (MARTINELLI, 2003, p. 49).

Já no ano de 1848, temos uma grande crise do capitalismo em que “altera-se profundamente a relação da burguesia com a cultura ilustrada de que se valera no seu período revolucionário, cultura que configura, no plano das ideias, o chamado Programa da Modernidade” (NETTO & BRAZ, 2012, p.31).

Neste período a burguesia renuncia todos os princípios ideológicos que seguiam para a concretização de sua revolução resultando na queda do poder absolutista que esta em vigência na época. Assim como Netto & Braz (2012) nos explicam que no regime burguês "a igualdade *jurídica* (todos são iguais perante a lei) nunca pode se traduzir em igualdade *econômica-social* - e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível" (NETTO & BRAZ, 2012, p.32).

Entretanto a classe trabalhadora não se calou, e em 23 de junho de 1848, saíram às ruas para confrontar a burguesia que ajudaram a colocar no poder. Nesse

³ ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forte. São Paulo, Global, 1985.

movimento, diversos líderes foram deportados e massacrados, todavia, este acontecimento não foi suficiente para a classe trabalhadora recuar, fundaram associações clandestinas, e entre elas articularam internacionalmente com a Liga dos Comunistas, tendo como programa o Manifesto do Partido Comunista, redigido por Karl Marx e Friedrich Engels. Em síntese, o manifesto, segundo Martinelli (2003) “demonstra bem o vigor do movimento operário e a esperança, que nele se concentrava, de transformação revolucionária da sociedade. As derrotas sofridas determinavam, porém, a busca de novas estratégias de luta” (MARTINELLI, 2003, p.51).

Vimos até aqui, como ocorreu a transição do feudalismo para o capitalismo concorrencial, e podemos perceber que, no modo de produção capitalista, a classe trabalhadora sempre foi explorada e seus direitos nem sequer existiam. Também percebemos, que o movimento operário não se conformou e se consolidou enquanto classe trabalhadora através da sua organização e luta social por direitos trabalhistas e sociais.

No item que virá a seguir, veremos como o capital se reproduz e ao mesmo tempo reproduz contradições que são inerentes ele, e como as relações sociais são mistificadas neste modo de produção. Então avante nesta aventura que proporciona inúmeras descobertas!

1.2 O capital como reproduzidor das relações sociais.

Para iniciarmos este item onde abordaremos a relação do modo de produção capitalista e a reprodução das relações sociais, partiremos do pressuposto de que,

as relações de produção formam o que se chama de relações sociais: a sociedade particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular [...]. O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa. (MARX⁴, 1977 apud IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.36).

Como supracitado, e afirmando este pensamento, Meirelles (2014) nos traz a assertiva “que o capital é uma relação social de produção e reprodução das condições materiais de existência, produzindo valores que se ampliam em permanente processo” (MEIRELLES, 2014, p.25). Sendo assim, compreendemos que as relações sociais são o

⁴ **"Trabalho assalariado e capital"**. In: K. MARX & F. ENDELS. Textos 3. São Paulo: Ed. Sociais, 1977. p.60-93.

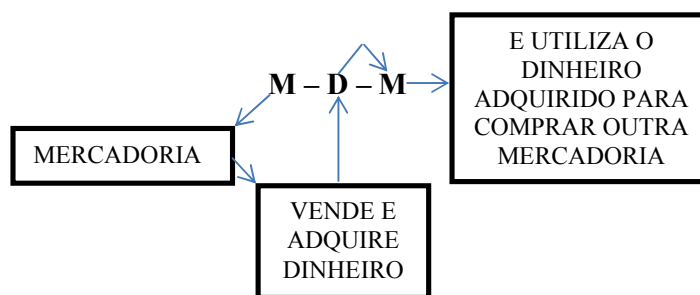
resultado do modo de produção capitalista e a reprodução de relações que o capital necessita para reproduzir o processo de produção de mercadorias, utilizando como principal recurso o investimento no capital constante, através dos meios de produção, e o precioso capital variável, que representa o investimento do capital na compra da força de trabalho.

Para explicar como ocorre a íntima ligação entre o modo de produção capitalista e as relações sociais apresentaremos, mesmo que sinteticamente, o modo de produção do capital e algumas leis importantes para sua reprodução, as quais são: a reprodução simples e a reprodução ampliada do capital, a exploração do trabalhador e consequentemente a expropriação da mais-valia resultando no lucro – objeto fundamental para manutenção do capitalismo – o exército industrial de reserva, e por fim, o aprofundamento das expressões da "questão social".

Contemporaneamente, o Modo de Produção Capitalista está consolidado como forma de reprodução econômica em nível mundial, mas possui suas raízes vinculadas a um processo histórico-social de enorme exploração, como vimos anteriormente na transição da era feudal para o capitalismo concorrencial. O principal objetivo do MPC é aquisição do lucro (desde já é importante destacar que os capitalistas imaginam que seu lucro emerge somente da circulação da mercadoria e não do valor que é acrescido através da força de trabalho do proletariado no processo de produção) e contraditoriamente a isto, existe a classe trabalhadora que produz o lucro através da produção da mais-valia, mas que não usufrui da riqueza produzida em condição de igualdade com a classe capitalista.

Visto isso, o que caracteriza a (re) produção do capital é o modo como o dinheiro se transforma em capital. Apresentaremos duas fórmulas importantes para a compreensão da produção mercantil simples e a produção mercantil ampliada. Começaremos com a produção mercantil simples.

A fórmula que representa esta produção está a seguir⁵:



⁵ Fórmula feita pela autora.

No caso acima a pessoa detentora de uma mercadoria, poderá vendê-la para comprar outra mercadoria necessária para seus meios de subsistência. Nesta forma de comercialização, o dinheiro não é utilizado para investir em meios de produção e, portanto, não há produção ampliada de lucro. Compra mercadoria para vendê-la por um preço maior, donde obtém o seu pequeno lucro para poder comprar mais mercadorias..

Já na reprodução ampliada do capital, o dinheiro é aplicado de outra forma. Na reprodução ampliada utiliza-se outra fórmula, porém esta fórmula não remete somente ao mundo das ciências exatas. É uma fórmula muito mais social, pois afeta diretamente a nossa sociedade e principalmente promove a exploração da classe trabalhadora. Esta fórmula inicia com a letra D. Essa letra se refere ao dinheiro em si, o capital monetário, sem nenhum investimento por parte do indivíduo. Uma segunda letra para nossa sentença social será a letra M, aqui o dinheiro representado pela letra D, passou a ser utilizado para que o indivíduo adquira os meios de produção – capital constante e capital variável para a produção de mercadorias e para finalizar a sentença desta reprodução ampliada do capital, temos novamente a letra D'. Observe que a letra que representa o dinheiro na sentença está com o sinal do apóstrofe, que significa que está acrescido de um valor superior ao inicial. Sendo assim, a sentença completa ficaria:

$$D - M - D'$$

Com relação a esta fórmula, Marx (2013) explica que,

em vez de representar relações de mercadorias, ele agora entra, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo. Como valor original, ele se diferencia de si mesmo como mais-valor, tal como Deus Pai se diferencia de si mesmo como Deus Filho, sendo ambos da mesma idade e constituindo, na verdade, uma única pessoa, pois é apenas por meio do mais-valor de £10 que as £100 adiantadas se tornam capital, e, assim que isso ocorre, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece sua diferença e eles são apenas um, £110. [...] Na verdade, portanto, $D - M - D'$ é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação. (MARX, 2013, p.230-231).

Deste modo, o dinheiro acrescido somente foi possibilitado pela expropriação da mais-valia produzida pela força de trabalho (capital variável) porque apenas ela é passível de criar valor através da força do seu trabalho sob o capital constante.

Sendo assim, Netto & Braz (2012) nos explicam que

a diferença essencial entre a circulação mercantil simples (expressa na fórmula $M - D - M$) e a circulação mercantil capitalista (expressa na fórmula $D - M - D'$); essa diferença sinaliza, além de vários outros traços pertinentes ao movimento do capital, o sentido específico da ação do capitalista – à diferença do produtor mercantil simples, que tem no dinheiro um mero meio de troca e cujo objetivo é a aquisição das mercadorias de que carece e que, portanto, *vende para comprar*, o capitalista *compra para vender*, isto é, o que ele visa com a produção de mercadorias é obter *mais dinheiro*. A fórmula $D - M - D'$ exprime o *movimento do capital*: o ponto de partida é o dinheiro e o ponto de chegada é mais dinheiro. Este é o sentido *específico* da ação do capitalista. (NETTO & BRAZ, 2012, p.109). (Grifo do autor).

Compreendemos assim que o movimento de rotação do capital só se concretiza através da reprodução ampliada do capital, contudo, para os capitalistas este movimento só é possível se houver repetidas rotações em larga escala, assim como Meirelles (2014) explica que

o movimento contínuo e crescente da reprodução ampliada é que permite a acumulação capitalista num movimento espiral crescente entre os processos de produção e circulação, com retorno sempre amplificado ao início de nova produção. Desta forma, o processo de circulação – produção – circulação de mercadorias possibilita que o fluxo $D - M - D'$ se expanda infinitamente. (MEIRELLES, 2014, p.30).

Como vimos acima, podemos confirmar a assertiva de Netto & Braz (2012) quando explicam que o "capital é valor que busca valorizar-se" (NETTO & BRAZ, 2012, p.138) e esta valorização só é realizada através da produção da mais-valia.

Para compreendermos como a mais-valia resulta do modo de produção capitalista, retornaremos a fórmula $D - M - D$, lembrando que D representa aqui o dinheiro até então sem nenhum investimento, e que logo a seguir se tornará capital pois este dinheiro será investido na produção **P** de mercadorias para inseri-las no processo de circulação, o capital será investido em Capital Constante (meios de produção) e Capital Variável (força de trabalho) que fazem parte dos meios de produção. Netto & Braz (2012) explicam que

a parte que ele investe em meios de produção, já o vimos, constitui o **capital constante (c)**; a parte que investe na compra de força de trabalho, vamos denominá-la **capital variável (v)** - porque a força de trabalho, no processo de produção, além de reproduzir o seu próprio valor, cria um valor excedente. (NETTO & BRAZ, 2012, p.114).

Lembrando que tanto o capital variável quanto o capital constante são vistos pelos capitalistas como uma mercadoria que necessitam para continuar o processo de acumulação. Porém, os detentores da mercadoria força de trabalho recebem em troca desta venda, um pagamento em forma de salário, o proletariado se torna assalariado, aquele mesmo salário que vimos no início deste capítulo quando a burguesia buscava trabalhadores livres para comprar sua força de trabalho. Este salário se torna imprescindível para que a classe trabalhadora consiga suprir seus meios de subsistência.

Deste modo os capitalistas veem o capital constante e o capital variável num mesmo patamar de despesas, ou seja, para os detentores dos meios de produção tanto a força de trabalho quanto o capital constante são investimentos necessários para sua acumulação, porém ambos possuem diferente importância para o MPC, visto que é a força de trabalho, através do seu trabalho excedente, que cria o valor da mercadoria.

E este salário, é determinado da mesma forma como são estabelecidos os valores para outras mercadorias necessárias a manutenção do modo de produção capitalista. A força de trabalho possui seu valor de acordo com o trabalho socialmente necessário para a (re) produção de mercadoria.

Resultante deste processo, visualizamos a exploração do trabalhador através do modo de produção capitalista. Este processo de reprodução de mercadorias traz à tona uma questão muito importante para a compreensão de como se efetiva a exploração do capital sobre a classe trabalhadora. Sendo assim, veremos como ocorre a apropriação da mais-valia pelos capitalistas.

1.3 Trabalho socialmente necessário + Trabalho excedente = Mais-valia.

Antes de darmos continuidade a explicação, é importante salientar que a mais-valia é uma só, porém devido as inovações tecnológicas e a necessidade de ampliação de lucros sem extenuar a classe trabalhadora, a mais-valia pode ser expropriada de duas formas: absoluta e relativa

Como já visto, o que produz e cria valor no modo de produção capitalista é a força de trabalho. O modo de produção capitalista conta com trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho e receber em troca um “salário” referente ao que é produzido pelo trabalhador.

O salário é pago ao trabalhador por uma jornada de trabalho, porém, o trabalhador exerce, podemos assim dizer, duas jornadas de trabalho, num mesmo

período de trabalho. A primeira jornada de trabalho equivale a produção de mercadorias correspondente ao pagamento do seu salário ao qual podemos chamar de tempo de trabalho necessário.

Já na segunda jornada de trabalho, que ocorre em continuidade com a primeira, o trabalhador produz um valor excedente, o qual podemos chamar de jornada de trabalho excedente. O valor da jornada de trabalho excedente corresponde a um “lucro” que se concretizará no final do processo de circulação de mercadorias e é com esta jornada de trabalho que se estabelece a produção da taxa de mais-valia.

A taxa de mais-valia absoluta é materializada com a ampliação da jornada de trabalho, que leva a força de trabalho à exaustão, e o que foi produzido no tempo trabalho excedente é expropriado do proletário e apropriado pelos capitalistas, ou seja, com a ampliação da jornada de trabalho há também uma ampliação do processo produtivo, assim como Netto & Braz (2012) explicam que "esse modo de incrementar a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista designa-se como **produção da mais-valia absoluta**." (NETTO & BRAZ, 2012, p.121). (Grifo do autor).

Compreendemos deste modo, que a ampliação da jornada de trabalho, proporciona uma degradação dos níveis físicos e intelectuais do trabalhador, retira-o do seu meio social, do seu lazer e do seu descanso, resultando na deterioração da força de trabalho, e não há remuneração exata do excedente produzido pela classe trabalhadora, este excedente é apropriado pelos capitalistas resultando na mais-valia absoluta.

Entretanto, como esta ampliação faz com que a força de trabalho se deteriore, os capitalistas encontram outra forma de se apropriar do trabalho excedente, ou seja, os detentores dos meios de produção intensificam a jornada de trabalho aumentando a exploração da força de trabalho num período menor, denominada de mais-valia relativa.

Netto & Braz (2012) explicam que "o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. Com essa alternativa, tem-se a **produção de mais-valia relativa**." (NETTO & BRAZ, 2012, p.122). (Grifo do autor).

Sendo assim, é basicamente no seio da organização do trabalho pautado no taylorismo/fordismo que se estabelece o seguinte processo produtivo, explicado por Pinto (2010):

a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista, [...], é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torne-se um “apêndice da máquina” [...], repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser

executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto. (PINTO, 2010, p.38).

Deste modo, a mais-valia relativa é realizada através do incremento dos meios de produção, como a inserção de maquinários, de fiscalização no trabalho, e de melhor organização no interior do trabalho, fazendo com que haja a intensificação da força de trabalho para que o proletário alcance os mesmos níveis de produtividade, ou maiores, do que na forma de organização de trabalho anterior.

Neste processo ocorre o barateamento do salário pago à classe trabalhadora pela venda de sua força de trabalho, entretanto, este barateamento foi ocasionando devido a sua redução da jornada de trabalho com o incremento do capital constante (meios de produção). Contudo, este salário pago pela mercadoria força de trabalho (capital variável) não será suficiente para a classe trabalhadora prover seus meios de subsistência, deste modo, a produção dos bens de consumo deverá ser intensificada para que consequentemente a mercadoria que entrará no processo de circulação tenha um barateamento capaz de estar ao alcance da classe trabalhadora.

Assim como Meirelles (2014) nos explica dizendo que

é importante destacar que quando se fala em barateamento da força de trabalho, não se fala na redução de salários. O que está querendo dizer é que com o mesmo salário o trabalhador poderá comprar uma quantidade igual ou até maior de mercadorias, a partir da redução dos preços dos produtos mais consumidos pelos trabalhadores. (MEIRELLES, 2014, p.35).

Desde o início deste capítulo, estamos tentando analisar a exploração da classe trabalhadora por parte dos detentores dos meios de produção. Para os capitalistas a classe trabalhadora é como um fantoche que eles manipulam de acordo com seu interesse. O interesse da classe capitalista é o lucro, o qual deve ser produzido a cada minuto com maior intensidade.

Vimos até agora os desdobramentos do modo de produção capitalista para a apropriação da mais-valia, porém um importante apontamento ficou no início deste texto, o qual nós retomaremos neste momento: as relações sociais inerentes ao modo de produção capitalista.

Para continuarmos esta explicação traremos Iamamoto & Carvalho (2014) para melhor compreensão desta relação. Eles afirmam que,

para produzir os meios de vida e produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédios dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.36).

Sendo assim, entendemos que o capital (lembrando que o dinheiro só se torna capital quando investido em meios de produção e capital variável) é o agente que comanda a vida social, e o que determina a riqueza ou a pobreza em nossa sociedade é a produção de mercadorias.

Como se pode observar, o capitalismo impõem as relações dos sujeitos com a mercadoria. Nós, em suma, necessitamos de mercadorias para atender as nossas necessidades vitais, ou seja, mercadorias que possuem valor de uso para nós que iremos consumi-la e se possui valor de uso consequentemente possui valor de troca. Como exemplo, é possível citar o período do capitalismo mercantil, onde os burgueses vendiam suas mercadorias em troca de metais preciosos, e na contemporaneidade temos diversas formas de adquirir mercadorias como o dinheiro, cartão de crédito, talões de cheque etc. Sendo assim, podemos afirmar que, “o que aparece como relação entre objetos materiais é uma relação social concreta entre homens, oculta por trás das coisas” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.41).

Mas porque esta afirmação é tão assertiva? Devido ao trabalho realizado para a produção de mercadorias, e as relações de trabalho apresentarem um caráter extremamente explorador, destacando que

o que imprime ao dinheiro e à mercadoria o caráter de *capital* desde a circulação não é o fato de serem mercadorias e dinheiro muito menos o valor de uso específico destas mercadorias. Mas é o fato de que as condições de produção e os meios de subsistência estejam alienados do trabalhador e enfrentam-no como coisas capazes de comprar pessoas. O trabalhador trabalha como não proprietário, e as condições de trabalho se lhe enfrentam como um poder estranho. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.59).

Ou seja, “a reprodução capitalista só é viável se ela produzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários” (NETTO & BRAZ, 2012, p.149). Assim sendo, destacamos que as relações sociais de produção são as relações humanas estabelecidas entre os capitalistas e os trabalhadores, através dos meios de produção necessários para produzir determinada mercadoria e a posterior troca por outra

mercadoria com um valor equivalente a mercadoria produzida pelo proletário. Neste contexto vimos que a mercadoria possui um papel mistificador, ocultando as reais relações que o capital (re) produz.

1.4 As expressões da “questão social”.

O capitalismo visto pela ótica acima analisada se torna um processo de (re) produção um tanto complexo, porém, se atentarmos aos seus desdobramentos veremos que a dinâmica do capital e seu processo de exploração engendram as expressões da “questão social”.

Além da compreensão da mais-valia, existem duas leis muito importantes para explicar a exploração capital x trabalho. Trata-se da lei tendencial da queda da taxa de juros e lei geral da acumulação capitalista. Vale lembrar que quando falamos de capitalismo, estamos falando de reprodução ampliada do capital, conforme visto anteriormente.

Para falar destas leis, vamos partir da composição orgânica do capital. Sendo assim, Marx (2013) explica que a composição do capital deve ser analisada em dois sentidos. “sob o aspecto de valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho” (MARX, 2013, p.689).

O capital constante pode ser representado pela letra **c** e representa os meios de produção. O capital variável é representado pela letra **v** e representa a força de trabalho, que, através do seu trabalho excedente cria valor em determinada mercadoria que é apropriado pelos capitalistas, denominado mais-valia. A composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante (**c**) e o capital variável (**v**).

Netto & Braz (2012) explicam que

a composição do capital varia ‘conforme os diversos ramos industriais, assinalando o maior grau de mecanização/automatização das empresas, e varia também historicamente, segundo a crescente aplicação dos avanços científico-tecnológicos à produção. Diz-se que a composição do capital é **alta** quando é maior a proporção do capital constante e **baixa** quando é maior a do capital variável. (NETTO & BRAZ, 2006, p.102). (Grifos dos autores).

Visto os elementos importantes para a compreensão deste processo, analisaremos então as leis imanentes do capital e a linha tênue que compõem estas duas

leis, onde uma se expressa na concorrência intercapitalista e a outra se propaga como a resultante desta concorrência, a qual impacta fortemente a classe trabalhadora.

Sabemos que o principal interesse do capitalista é o lucro, e para materializar este interesse os detentores dos meios de produção devem reduzir ao máximo o custo de sua mercadoria final para inseri-la num processo de circulação. Com isso a composição orgânica deve ser alta e estar em constante crescimento para que obtenham maiores taxas de lucro e enfrentar a intensa concorrência entre os próprios capitalistas.

Este processo de acumulação do capital supõe outras determinantes como a concentração e centralização do capital. Concentração pois, conforme o maior investimento em capital constante, maior deverá ser o acúmulo do capital, através da mais-valia relativa, para tornar este processo uma renovação incessante. E centralização para que os capitalistas consigam abranger inúmeros capitais que já estão no mercado para obtenção de maiores taxas de lucro, Netto & Braz (2012) citam como exemplos deste processo os "*cartéis, trustes e holdings*" (NETTO & BRAZ, 2012, p.143).

Os *cartéis* representam a associação de empresas do mesmo ramo de produção para o nivelamento de suas taxas de lucro, não dando oportunidade de livre escolha ao consumidor final, que em sua maioria é a classe trabalhadora.

O *truste* é a fusão de empresas do mesmo ramo de produção, com o objetivo de nivelar as taxas de lucro e eliminar possíveis concorrentes para posteriormente dominar o mercado.

Por fim, os *holdings* que controlam a maioria de ações de várias outras empresas de distintos ramos produtivos.

Deste modo Ernest Mandel (1962) explica que

a taxa de lucro enfrenta a lei tendencial da queda de sua taxa, resultando no fluxo e refluxo dos capitais, que afluem para os setores onde os lucros são mais elevados que a média e refluem dos setores onde os lucros são mais baixos. O refluxo de capitais reduz a produção e cria uma queda de mercadorias em determinado ramo, fazendo, por conseguinte, cair os preços e os lucros. Pelo contrário, o afluxo de capitais provoca em outros setores uma concorrência exacerbada e faz baixar os preços e os lucros. E no conjunto dos setores a consequência da concorrência dos capitais e das mercadorias, se alcança, pois, uma taxa média de lucros. (MANDEL⁶, 1962 apud MEIRELLES, 2014, p.43).

E Netto & Braz (2012) acrescentam que

⁶ MANDEL, Ernest. **Tratado de Economia Marxista**. Tomo I. México. Ediciones Era, 1962.

na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, masque, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas. (NETTO & BRAZ, 2012, p.166). (Grifo do autor).

Sendo assim, os capitalistas devem buscar não só inovações tecnológicas para maximizar suas taxas de lucro (incremento do capital constante), mas também, métodos diversificados para que a taxa de lucro não tenda a cair, pois o único e primordial objetivo do capitalismo é o lucro em permanente ampliação.

É importante compreender o quanto este processo impacta fortemente não só a classe trabalhadora, que perde postos de trabalho, mas a própria relação entre os capitalistas, pois, nem todos os capitalistas possuem elevada taxa de acumulação (elevada composição orgânica do capital) para incorporar este movimento permanente de renovação. Isto resulta no fato de que os capitalistas menores são “engolidos” pelos capitalistas mais fortes, favorecendo a constituição de monopólios.

Alguns métodos são aplicados para que este processo não se interrompa, e que sejam conservadas as altas taxas de lucro, Netto & Braz (2012) citam os principais:

o barateamento do capital constante – [...] mesmo que se eleve a composição orgânica do capital, seu valor pode continuar o mesmo ou até cair; - *a elevação da intensidade da exploração* – através do incremento da produção de mais – valia absoluta ou relativa; - *a depressão dos salários abaixo do seu valor* - através da implementação de reduções de salariais; - *o exército industrial de reserva* – a ‘superpopulação relativa’ é utilizada pelos capitalistas ou para reduzir os salários ou para aproveitá-la em empresas com baixa composição orgânica do capital [...]; - *o comércio exterior* – o comércio entre um país mais desenvolvido e um menos desenvolvido dá vantagens especiais (superlucros) aos capitalistas do primeiro. (NETTO & BRAZ, 2012, p.166-167) (Grifo do autor)

No que se refere à lei geral da acumulação capitalista, é importante ter como ponto de partida que ela supõe o acréscimo da composição orgânica do capital, a partir do maior investimento na parte constante do capital. Ou seja, ela exige uma *alta* composição orgânica do capital através do maior investimento em novas tecnologias em detrimento da contratação de força de trabalho.

Netto & Braz (2012) afirmam que

com a acumulação de capital eleva-se a sua composição orgânica: a proporção de *c* torna-se muito maior que a de *v*. Isso significa que o avanço da acumulação faz com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a

demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos seja maior que a demanda de força de trabalho. (NETTO & BRAZ, 2012, p.146).

Este processo do capital traz impactos irreparáveis à classe trabalhadora e ao mundo do trabalho, pois um número elevado de trabalhadores deixa de ser produtivo ao modo de produção capitalista. Porém este mesmo contingente de trabalhadores excluídos para a produtividade do capital desempenha papel fundamental para a exploração daqueles que conseguem vender sua força de trabalho.

Mas nos perguntamos agora, o que a lei geral da acumulação capitalista que vimos até aqui tem a ver com as expressões da “questão social”?

Netto & Braz (2012) explicam

surgindo na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais, quando ideólogos a serviço da classe capitalista e mesmo intelectuais desavisados se põem a mencionar uma pretensa “nova questão social” – como se houvesse uma ‘questão social’ que não derive da lei geral da acumulação. Ora, a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Imaginar a ‘solução’ da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital. (NETTO & BRAZ, 2012, p.152).

Como vimos acima, as expressões da “questão social” estão vinculadas ao processo imanente à lei geral da acumulação capitalista, pois o processo de elevação da composição orgânica do capital faz com que o mundo do trabalho necessite cada vez menos da força de trabalho.

Marx (1984) nos mostra que

o aumento da massa dos meios de produção, comparada com a massa de força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante à custa da parte variável. Se, por exemplo, originalmente se despende 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho, mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a percentagem poderá ser de 80% para os meios de produção e de 20% para a força de trabalho e assim por diante. (MARX⁷, 1984 apud MEIRELLES, 2014, p.46).

Este processo impacta fortemente a vida social da classe trabalhadora, visto que emergirá um grande contingente de indivíduos que não terão espaço neste sistema

⁷ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. vol I e II, 9ª ed. trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1984.

extremamente explorador e desigual. Essa parcela da população será o exército industrial de reserva que será manuseada conforme a necessidade do capital.

Um importante fator desta superpopulação é o alto índice de desemprego que auxiliará a pressão dos salários à níveis cada vez mais baixos, tornando o trabalhador empregado acorrentado a este processo de exploração, visto que a sua necessidade de subsistência será igualmente proporcional ao medo de integrar esta grande parcela da população. Meirelles (2014) analisa que “o exército industrial de reserva pressiona os trabalhadores que estão empregados a manterem-se sujeitados aos salários e as condições materiais de produção dentro dos patamares estabelecidos pelo capital” (MEIRELLES, 2014, p.47).

Marx (2013) indica que no capitalismo a superpopulação *relativa* compõe um Exército de Reserva. Ele explica que

a superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado. Sem levarmos em conta as grandes formas, periodicamente recorrentes, que a mudança de fases do ciclo industrial lhe imprime, fazendo com que ela apareça ora de forma aguda nas crises, ora de forma crônica nos períodos de negócios fracos, a superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada. (MARX, 2013, p. 716).

Para Marx (2013) outra vertente do exército industrial de reserva é superpopulação flutuante que se encontra

nos centros da industria moderna - fábricas, manufaturas, fundições e minas etc. - os trabalhadores são ora repelidos, ora são atraídos novamente em maior volume, de modo que, em linhas gerais, o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala de produção. (MARX, 2013, p.716).

Marx (2013) aponta ainda que superpopulação *latente* se desenvolve quando

uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose. [...] O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo. (MARX, 2013, p. 717-718).

Netto & Braz (2012) acrescentam que a *latente*, "que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e que, surgindo a oportunidade, os trabalhadores acabam por migrar para zonas industriais" (NETTO & BRAZ, p.147,

2012). Podemos citar como exemplo desta superpopulação latente, o êxodo rural, onde inúmeras pessoas saem do campo para buscar oportunidades de emprego nas grandes metrópoles.

Marx (2013) aponta ainda para a existência da superpopulação *estagnada*, explicando que

a terceira categoria da superpopulação [...], a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com a ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo tempo de trabalho e o mínimo salário. Já nos deparamos com sua configuração principal sob a rubrica do trabalho domiciliar. (MARX, 2013, p.718).

E para compor a última categoria desta da superpopulação existe o *lupemproletariado*, que representa

o sedimento mais baixo da superpopulação [...] habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lupemproletariado propriamente dito, essa camada é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho [...]. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes [...]. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente das vítimas da indústria - aleijados, doentes, viúvas etc. - cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. (MARX, 2013, p.719).

Deste modo, Netto (1992) conclui que "a questão social é o conjunto de problemas econômicos, políticos e sociais determinado pelo surgimento da classe operária e sua inserção no processo de produção e reprodução capitalista, relacionado aos conflitos próprios da relação entre o capital e o trabalho". (NETTO⁸, 1992 apud SILVA, 2014, p.170).

Em outro momento Netto (2000) "atribui caráter conservador à questão social [...] na suposição de que se pode resolvê-la, equacioná-la, solucioná-la e suprimi-la sem tocar nos pilares fundamentais da ordem burguesa representada pela propriedade privada, a exploração e a acumulação". (NETTO⁹, 2000 apud SILVA, 2014, p. 174).

⁸ NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Capítulo I: As condições sócio-históricas de emergência do Serviço Social. São Paulo. Cortez, 1992. p. 13-77.

⁹ Análises transcritas das sessões do NEAM, realizadas no 1º semestre de 2000 - PUC/SP. Aulas ministradas pelo professor José Paulo Netto.

E Netto (2005) finaliza o pensamento expondo que "na perspectiva marxista - mantidas as características fundamentais da sociedade capitalista - a questão social é ineliminável porque lhe é inerente e funcional". (NETTO¹⁰, 2005 apud SILVA, 2014, p.186).

Analisando todos estes questionamentos e pressupostos que os autores nos trazem, compreendemos que, a "questão social" faz parte da anatomia do capitalismo na era monopólica e que a sua extinção é impossível se mantivermos o modo de produção capitalista, posto, com toda contradição que lhe é inerente e que analisamos e constamos até aqui. Além disto, tendo por base a concorrência entre os capitalistas e a lei geral da acumulação capitalista, é possível afirmar que no processo de desenvolvimento do capitalismo, a era monopólica tende a aprofundar a "questão social", promovendo a ampliação da pobreza e da desigualdade social.

No próximo item veremos como diante de tudo que foi posto até o momento, o capitalismo ainda se renova para a obtenção dos superlucros e como pode ocorrer o aprofundamento das expressões da "questão social". Avante!

1.5 Neoliberalismo: um aprofundamento das expressões da "questão social".

Neste item, iremos realizar uma breve abordagem sobre o neoliberalismo, isto é, uma vertente ideológica decorrente do capitalismo monopolista, e como o MPC em sua busca permanente por maximização de seus lucros, ainda consegue provocar um aprofundamento nas expressões da "questão social".

Vale lembrar que o capital está em permanente transformação e seu objetivo é barrar qualquer obstáculo que possa vir a impedir a maximização de seus lucros, deste modo, podemos salientar a assertiva de Netto & Braz (2012) onde explicam que "ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele: *mobilidade e transformação constituem o capitalismo*, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca" (NETTO & BRAZ, 2012, p.182).

Podemos situar o aparecimento do neoliberalismo, vertente ideológica do capitalismo monopolista, segundo Anderson (1995) quando afirma que o neoliberalismo

¹⁰ Entrevista concedida em 01/04/2005 (gravada e transcrita), com base num roteiro previamente elaborado e enviado por e-mail à autora Ivone Maria Ferreira da Silva (2014).

surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar, e que suas premissas estavam elaboradas originalmente no texto de Friedrich Hayeck, *O caminho da servidão*, publicado em 1944, sendo que 'seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro'. (ANDERSON¹¹, 1995 apud BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p.125).

O neoliberalismo é uma vertente ideológica que teve sua expansão em fins da década de 1970, como resposta a crise que o "*Welfare State*" ou "Estado de Bem-Estar Social" vinha sofrendo. Entretanto é importante ressaltar alguns elementos sócio-históricos que foram necessários para que o capitalismo adotasse o ideário neoliberal.

No período em que ocorre a Primeira Grande Guerra Mundial, as relações econômicas e sociais dos países Europeus são devastadas e há intensa destruição das indústrias e dos centros industriais. Neste sentido, os EUA, iniciou um processo de intensa exportação de produtos agrícolas e industrializados para Europa, o qual alavancou a economia dos EUA. Contudo a Europa conseguiu reestruturar sua economia e seu poder industrial, não necessitando da importação de mercadorias estadunidenses.

Esse processo culminou em altos índices de desemprego no país, no fechamento de indústrias e na queda da bolsa de valores em 1929, resultando em uma recessão econômica mundial. Para diminuir os efeitos da crise John Maynard Keynes propôs a intervenção Estatal na economia. Behring & Boschetti (2011) explicam que para Keynes “cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia”. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.85).

Behring & Boschetti (2011) indicam alguns procedimentos que a regulação da economia proposto por Keynes teve que estabelecer, afim de evitar novas crises econômicas. Segundo elas, a partir da proposta de Keynes, foi necessário

a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção da relação capital/trabalho através da política salarial e do ‘controle de preços’; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.86).

¹¹ ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Nessa mesma linha de intervenção Keynes “agregou-se ao *pacto* fordista – da produção em massa para o consumo em massa” (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 86). Esse processo de intensificação da produção de mercadorias, ou seja, aumento da produtividade conjugado com o aumento de salário aos trabalhadores – lembrando que se estamos situando este processo no âmbito do capital temos que ter em mente que o capital sempre buscará o lucro proveniente da mais-valia – buscando maior velocidade no processo de rotação do capital.

A intervenção baseada no keynesianismo-fordista acompanhou os 30 anos gloriosos do capitalismo pós-Segunda Guerra, mas dá sinais de esgotamento em meados da década de 1970, quando desencadeia outra crise econômica em nível mundial. De acordo com Netto & Braz (2012),

a taxa de lucro, rapidamente, começou a declinar: entre 1968 e 1973, ela cai na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e no Japão, de 26,2 para 20,3%. Também o crescimento econômico se reduziu: *nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior*. Entre 1971 e 1973, dois *detonadores* [...] anunciaram que a ilusão do “capitalismo democrático” chegava ao fim: *o colapso do ordenamento financeiro mundial*, com decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro [...] e o *choque do petróleo*, com a alta dos preços determinada pela *Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP*. (NETTO & BRAZ, 2012, p.225). (Grifo dos autores).

Deste modo, o capitalismo em resposta ao esgotamento do Estado de Bem-Estar Social impulsionado pela teoria keynesiana, primeiramente, utiliza como estratégia o ataque aos sindicatos trabalhistas, pois o movimento sindical reivindicava aumento salarial e maior investimento em políticas sociais. É importante destacar que para os neoliberais, “a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é perniciosa para desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população”. (NAVARRO¹², 1998 apud BEHRING & BOSCHETTI, p. 126, 2009).

Os primeiros governantes a implantarem a onda neoliberal foram Margareth Thacher, na Inglaterra em 1979, Ronald Reagan, nos Estados Unidos em 1980, Helmut Kohl, na Alemanha em 1982. Posteriormente esta ideologia foi disseminada para vários países capitalistas, sendo adotada pelo Brasil em 1990.

Netto & Braz (2012) nos explicam que

¹² NAVARRO, V. *Neoliberalismo y Estado del bienestar*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1998.

o que se pode denominar de *ideologia neoliberal* compreende uma concepção do homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como liberdade de *mercado*) [...] A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de 'diminuir' o Estado e cortar as suas 'gorduras', justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as *dimensões democráticas* da intervenção do Estado na economia [...] É claro, portanto, que o objetivo real do capitalismo monopolista não é a 'diminuição' do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um 'Estado mínimo', o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**. (NETTO & BRAZ, 2012, p.238-239). (Grifo dos autores).

Deste modo, percebemos que o capital promove estratégias para que a sua exploração e apropriação de lucros pelos capitalistas sejam maximizadas. Isto explica porque a redução com políticas sociais é importante para o neoliberalismo, ou seja, o Estado articula maneiras de expandir o capital privado, com a redução de investimentos em políticas públicas sociais e adota a privatização de empresas estatais para reduzir os seus gastos e favorecer o mercado. Neste sentido, Netto & Braz (2012) afirmam que "complexos industriais inteiros [...] e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros)" (NETTO & BRAZ, 2012, p.240), são privatizados a baixos custos para os grandes capitalistas, com o argumento central de "atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado" (BERING & BOSCHETTI, 2011, p.152-153).

Uma das características deste processo é substituição do modelo keynesianismo-fordista para um modelo denominado de acumulação flexível, promovendo uma reestruturação produtiva do capital e outras bases para a organização do trabalho e da produção.

No que se refere à produção, temos a consolidação de um modelo de produção que se pretende inovador, o toyotismo. Este modelo altera o modo rígido de produção baseado no keynesianismo-fordismo, para uma produção flexível, onde ocorre a implantação de novas tecnologias no processo produtivo de mercadorias, baseadas no *just in time*. Behring (2002) explica que ao *just in time*, os capitalistas empresários "[...] asseguram o controle de qualidade e o estoque. Aqui um pequeno número de

trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera uma linha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado" (BERING, 2002, p.178). A isto, Netto & Braz (2012) acrescentam que, "essencial à reestruturação produtiva é *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda ao trabalho vivo" (NETTO & BRAZ, 2012, p.228).

Já no que diz respeito à classe trabalhadora, tanto no âmbito mundial como no Brasil, ocorreram algumas modificações decorrentes do processo de reestruturação produtiva.

Como vimos acima, este novo modelo de produção requer do trabalhador uma "qualificação" profissional para o manuseio de maquinário informatizado e variadas novas tecnologias. Este processo impõe outro ritmo de trabalho, exigindo que o trabalhador seja "dinâmico" e "atento" às suas múltiplas funções. Porém, nem todo trabalhador será inserido neste grupo de trabalhadores "qualificados", pois aumenta o número de trabalhadores considerados "desqualificados" para o exercício da polivalência de funções, modificando a composição dos meios de produção. Harvey (1993) pontua que há

um grupo de trabalhadores *centrais*, que tem maior estabilidade, perspectivas de promoção e reciclagem, bons salários diretos e indiretos, e se caracterizam por sua adaptabilidade, flexibilidade e mobilidade.[...] tem-se os empregados em tempo integral com habilidades menos especializadas, que possuem alta taxa de rotatividade e menos oportunidades que os trabalhadores centrais. (HARVEY¹³, 1993 apud BEHRING, p.179, 2002). (Grifo do autor).

Netto & Braz (2012) também analisam a reestruturação produtiva. Para eles,

com a *reestruturação produtiva*, nas grandes empresas o conjunto de trabalhadores qualificados e polivalentes [...] dispõem de garantias e direitos constitui um *pequeno núcleo*; o grosso dos outros trabalhadores, conformando uma espécie de anel em torno desse pequeno núcleo, muitas vezes está vinculado a outras empresas (mediante a *terceirização* de atividade e serviços) e submetido a condições de trabalho muito diferentes das oferecidas àquele núcleo - alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistentes etc. (NETO & BRAZ, 2012, p.231). (Grifo dos autores).

Deste modo, conseguimos analisar que o neoliberalismo traz consigo uma nova ordem flexível de produção, e que impacta diretamente a classe trabalhadora, com seus

¹³ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

novos arranjos trabalhistas, minando os direitos da classe trabalhadora, com implantação da terceirização de postos de trabalho e aliada as altas taxas de desemprego e, diminuição nos níveis salariais decorrentes deste processo produtivo.

Neste sentido, Netto & Braz (2012) analisam que

todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Compreende-se, pois, que os ônus de todas elas recaiam fortemente sobre os trabalhadores - da *redução salarial* [...] à *precarização do emprego*. (NETTO & BRAZ, 2012, p.230). (Grifo dos autores).

Diante disso, podemos também salientar, que a busca permanente por maiores taxas de lucro, faz com que o capital busque espaços onde a exploração da força de trabalho possa ser mais intensa, promovendo o que Netto & Braz (2012, p. 228) denominam de *desterritorialização da produção*, nesse processo, os grandes capitais procuram territórios onde a força de trabalho, não possua ampla proteção, tanto, no que se refere a articulação da classe trabalhadora, através dos sindicatos trabalhistas, quanto, da proteção do Estado na promoção de legislações voltadas ao trabalho.

Visto isso, podemos partir da assertiva onde Netto & Braz (2012) nos indicam que

o mais significativo é o fato de o capitalismo contemporâneo ter transformado o *desemprego maciço* em **fenômeno permanente** - se, nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre "taxas aceitáveis" e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível. [...] É desnecessário salientar, depois dessas considerações acerca da ofensiva do capital sobre o trabalho, que uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a **exponenciação da "questão social"**. [...] A precarização e a "informalização" das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo). (NETTO & BRAZ, 2012, p.232).

Deste modo percebemos que o capitalismo imperialista traz consigo algumas transformações nas relações sociais e no modo de produção capitalista, que buscam a progressiva ampliação nas taxas de lucro para os capitalistas e a redução de direitos para a classe trabalhadora.

Essas transformações não modificam a estrutura do modo de produção capitalista, que vimos ao longo deste capítulo, contudo a busca por super lucros, traz a

tona algumas particularidades da era do capitalismo imperialista, que entre elas estão seu ideário neoliberal e a acumulação flexível.

Deste modo, vimos como a transformação nas relações sociais e no processo produtivo, decorrente da reestruturação produtiva, impacta a classe trabalhadora, visto que, inerente a este processo temos a ampliação do exército industrial de reserva, consequentemente a redução dos salários, a era das terceirizações, dentre outras estratégias que negam constantemente os direitos trabalhistas que foram conquistados através das lutas sociais da classe trabalhadora.

E no Brasil, como se deu esta onda neoliberal?

Em nosso país, depois das duas décadas de ditadura e do enfraquecimento de direitos sociais e trabalhistas resultantes dos retrocessos ditatoriais, entre aos anos de 1985 a 1990 vivemos uma onda redemocratizante no governo Sarney. Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que incluiu em seu texto a Política de Seguridade Social, o que representou um avanço para a “questão social” brasileira. Entretanto, com as eleições diretas em 1989 e a vitória de Fernando Collor de Melo, ganha força o discurso de modernização do país, fortalecendo o ideário neoliberal.

Fernando Collor de Mello assume a presidência no período de 1990 a 1992, quando sofreu o processo de impeachment.

A principal proposta de Collor era conter a inflação, que naquele período estava em elevação constante. Não podemos deixar de salientar que esta crescente inflação foi resultado do fracasso do suposto “milagre econômico” apresentado pelo militares durante a ditadura e juntamente a propostas de ajuste fiscal e a reforma de Estado, assumindo uma intervenção neoliberal.

Uma das primeiras propostas do então presidente foi chamada de Plano Collor, que segundo Sandroni (1992) "continha uma radical heterodoxia, a exemplo do bloqueio de 66% dos ativos financeiros disponíveis, e os momentos subsequentes da política econômica e de medidas fiscais para o aumento da receita pública". (SANDRONI¹⁴, 1992 apud BEHRING, 2008, p.150). Este plano, para aumentar a receita pública com os ativos financeiros, aplicou o confisco das contas poupanças da classe trabalhadora da época, a privatização de empresas estatais e demissões de funcionários públicos.

¹⁴ SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. 3. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1992.

Contudo seu plano fracassou e devido aos altos índices de desemprego, o país entrou em uma onda recessiva. Deste modo, Collor propõe um segundo plano, e Behring (2008) explica que

o Plano Collor II orientou-se definitivamente pelo rumo da ortodoxia liberal, com corte nos gastos públicos, um novo 'tarifaço' e uma reforma fiscal. [...] Ao lado dessa oscilação brevíssima da política econômica, o governo Collor colocou em marcha as chamadas *reformas estruturais*, a exemplo do programa de privatizações e da redução das tarifas aduaneiras. (BEHRING, 2008, p.150).

Entretanto todos estes Planos não foram suficientes para estabilizar a inflação, e somado a este caos da conjuntura econômica e social, Collor vinha sendo acusado de corrupção. A população se manifestou e os chamados "caras pintadas", estudantes que articularam as manifestações contra Collor, foram as ruas pedindo o seu impeachment, contudo Collor renuncia seu cargo antes do impeachment ser aprovado.

Neste momento Itamar Franco, sendo o vice-presidente de Collor, assume a presidência permanecendo de 1992 até 1994. Dentro deste contexto, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Ministro da Fazenda, já articulava a implantação do Plano Real que consistia em modificar a moeda até então usada no país.

Sendo assim, a principal intenção por traz do Plano Real de Fernando Henrique eram as eleições à presidência da República que viriam em 1994, ou seja, a manipulação estava feita e a classe trabalhadora que ansiava por mudanças sociais tinha apenas uma alternativa. De acordo com Behring (2008),

ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco a estabilidade da moeda, promovendo-se a volta da inflação, a ciranda financeira e a escalada dos preços. Os brasileiros, traumatizados com uma inflação de 50% ao mês (junho de 1994) e esgotados com a incapacidade de planejar sua vida cotidiana, votaram na moeda e na promessa, de que com a estabilidade, viriam o crescimento e dias melhores. (BEHRING, 2008, p.155).

Deste modo FHC, vence as eleições e se torna presidente por dois mandatos consecutivos.

O governo de FHC foi marcado por reformas. Um dos principais documentos elaborados a respeito desta reforma foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) realizado por Bresser Pereira que era Ministro da Administração e da Reforma do Estado (MARE).

Segundo Bresser Pereira (1997),

na delimitação do tamanho do Estado estão envolvidas as idéias de privatização, publicização e terceirização. A questão da desregulação diz respeito ao maior ou menor grau de intervenção do Estado no funcionamento do mercado. No aumento da governança temos um *aspecto financeiro*: a superação da crise fiscal; um *aspecto estratégico*: a redefinição das formas de intervenção no plano econômico-social; e um *aspecto administrativo*: a superação da forma burocrática de administrar o Estado. (BRESSER, 1997, p.7-8). (Grifo Nosso).

Entretanto, Behring & Boschetti (2011) nos explicam que

o centro da 'reforma', na verdade, foi o ajuste fiscal. O 'reformismo' neoliberal traz em si uma forte incongruência entre o discurso da chamada reforma e a política econômica. [...] Argumentavam-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.152).

Como vimos acima, o governo de FHC, impõem estratégias para que o Estado seja cada vez menor (mínimo) no atendimento social e trabalhista para a classe trabalhadora e que a maximização seja permanente para o grande capital. Diante disto, ocorre uma longa onda de privatização das empresas públicas para o setor privado à baixos custos, a desregulamentação e flexibilização das condições de trabalho e desresponsabilização do Estado com as políticas sociais ampliando o terceiro setor, como Behring & Boschetti (2011) apontam

outro aspecto de destaque na 'reforma' do Estado foi o *Programa de Publicização*, que se expressou na criação de agências executivas e das organizações sociais, bem como a regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. Esta última estabeleceu um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área - sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade - se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não remunerado. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.154).

Podemos perceber o tamanho do estrago que essa Reforma do Estado da década de 1990 submeteu à classe trabalhadora. Foi um grande retrocesso, pois a perspectiva da Reforma retira os direitos conquistados à duras penas pelas inúmeras lutas e articulação dos movimentos sociais pelas conquistas de direitos trabalhistas e sociais.

Este programa de publicização é uma afronta à política de seguridade social, conquistada com a promulgação de Constituição Federal em 1988, pois as políticas sociais não nos são "dadas de bom grado", elas são conquistadas através de muita luta e organização da classe trabalhadora, Behring & Boschetti (2011) explicam que "não se trata, então de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo" (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.63).

O que queremos dizer é que o Estado faz mediações através das políticas sociais para que a classe trabalhadora não perca seus níveis de produtividade, e quando as lutas da classe trabalhadora estão no ápice de suas reivindicações o Estado concede direitos sociais para amenizar as lutas trabalhistas, assim como Engels (2014) explica:

o Estado [...] é, antes, um produto da sociedade, [...] é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da ordem. (ENGELS, 2014, p.208).

É importante apontar que o Plano Real conteve a alta da inflação. Contudo, durante o governo FHC houve uma exponenciação das expressões da "questão social", visto que a política neoliberal se estabeleceu no Brasil e que através desta ideologia a classe trabalhadora foi marcada por flexibilizações, desresponsabilização do Estado, privatizações, altas taxas de desemprego, aumento da desigualdade social e pobreza. Porém, a alta burguesia juntamente com o capital internacional que desembarcava no país se apropriaram de riquezas grandiosas à custa da maior produtividade da classe trabalhadora.

Behring (2008) traz alguns dados importantes que reforçam o que foi explicado até o momento, ou seja,

num Brasil que se urbanizou progressivamente - hoje cerca de 79% da população vivem na cidade dos 20% da PEA em algumas delas - denota o empobrecimento nas cidades, cuja expressão mais evidente é a população que vive nas ruas e a violência. Outro dado importante da PEA é que 70% dela ganham entre zero (15,1%) e três (12,1%) salários mínimos. A PEA foi estimada, no PNAD de 1996, em cerca de 74 milhões de pessoas, das quais 47 milhões não possuem ensino fundamental completo e 12% são crianças e

adolescentes. Já o Censo 2000 revela um acréscimo de 2,1 milhões de pessoas à PEA, sendo 15% desocupados. Dos ocupados - 64,7 milhões de pessoas - 51,9% recebem de zero a dois salários mínimos. Assim, o Censo revelou dados de maior recrudescimento do emprego e da desigualdade no Brasil, onde apenas 2,6% da PEA recebem mais de vinte salários mínimos.[...] Considerando o crescimento da população brasileira, existiu um número de pobres absolutos (indigentes), que passou de 23,4 milhões para 26,2 milhões de pessoas. (BEHRING, 2008, p.164).

É este Brasil que vai às urnas nas eleições de 2002 e elege um presidente, cujo histórico político e social é voltado aos direitos da classe trabalhadora. Participante de movimentos sindicais e de luta contra a ditadura militar, Lula, principal liderança do PT, se elege com mais de 60% dos votos e vence o candidato de oposição e do mesmo partido de FHC, José Serra.

Contudo, o presidente Lula, assume como aporte ideológico um neoliberalismo mais brando. Lula passou a seguir orientações do FMI, para retirar o país dos níveis de pobreza absoluta que grande parte da população vivia, deste modo, o presidente inicia sua intervenção com políticas e programas de combate a fome e transferência de renda.

Um grande avanço de seu governo na área social foi a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), criado em 2004. O MDS ampliou a política de assistência social prevista na Constituição Federal de 1988, consolidando-a enquanto política pública por meio de uma Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que define a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Há também a criação do Programa Bolsa Família (PBF), que atende famílias em situação de extrema pobreza, com um aporte de renda mínima. Atualmente, para ser incluída no PBF, a renda per capita da família tem que ser menor do que R\$ 77,00 (setenta e sete reais) e alguns critérios devem ser respeitados para a manutenção do benefício como, pesagem mensal das crianças que ainda não tenham idade escolar e frequência para as crianças e adolescentes que estejam na escola. Entretanto, estes programas e benefícios não abrangem toda a população em situação de pobreza, relativa e absoluta, pois são concedidos somente aos que se encontram em condição de pobreza absoluta¹⁵.

¹⁵ Segundo o MDS, os valores desses benefícios podem variar bastante de acordo com a situação de cada família. Benefício básico: esse benefício é dado às famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, ou seja, as famílias que contam com uma renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa. Nesses casos o valor do auxílio concedido é de R\$ 77,00 por mês. Benefício variável – este benefício é oferecido às famílias que possuam em sua composição mulheres grávidas, mães que se encontram em fase de amamentação e/ou crianças e adolescentes entre 0 e 16 anos de idade. O valor de cada um desses benefícios é de R\$ 35,00 e cada família pode obter até 5 dele por mês, chegando aos R\$ 175,00. Ou seja, se uma família possuir uma mulher gestante e uma criança de 12 anos, por exemplo, essa família tem direito a receber dois benefícios no valor de R\$ 35,00 cada um. Fonte: <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/bolsa-familia-2016/> Acesso em 08/06/2016.

Foi também no governo Lula, que o salário mínimo aumentava anualmente conforme a alta inflacionária. Os movimentos de organização trabalhista e sociais se fortaleceram conseguindo maior articulação e reivindicações.

Houve a ampliação do acesso ao ensino técnico e superior, promovendo o acesso de amplas frações da classe trabalhadora a universidade (em grande parte privada) através do Programa Universidade para Todos (ProUni) e Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o ensino técnico através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Entretanto, o governo Lula, assumindo uma ideologia mais branda do neoliberalismo, também realizou privatizações, envolveu-se em inúmeras acusações de corrupção, fortaleceu o Terceiro Setor, endividou o Estado e manteve a economia nacional subordinada às determinações do mercado mundial.

O governo Dilma Rousseff (2010-2016), sucessora de Lula, manteve todas as políticas sociais iniciadas no governo Lula. Entretanto, no presente momento, seu governo sofreu uma sucessão de críticas e denúncias que levaram ao presidente da Câmara dos Deputados orquestrar o pedido de impeachment da presidente reeleita democraticamente em 2014. O governo Dilma procurou manter a perspectiva de um neoliberalismo mais brando, procurando dar continuidade as políticas do governo Lula. Não podemos aprofundar sobre os motivos que levaram ao processo de impeachment da presidente Dilma e a ascensão de seu vice, Michel Temer (PMDB) a condição de presidente interino pelo prazo de 180 dias. Mas, é preciso salientar que desde o início, o atual governante fala abertamente em privatizações, contenção de gastos sociais e fortalecimento do mercado financeiro, o que deixa clara a sua postura neoliberal.

É importante salientar que a "questão social" é resultado da exploração do capital x trabalho, e que enquanto houver uma ampliação da exploração capitalista para a obtenção de super lucros, haverá também uma ampliação da "questão social". E também, podemos analisar que, se a essência do modo de produção capitalista permanece o mesmo, a reestruturação produtiva do capital não promoveu uma nova "questão social", e sim novas expressões decorrentes do aprofundamento da exploração capital x trabalho. No debate sobre a existência de uma nova "questão social", Netto (2011) afirma que

inexiste qualquer "nova questão social". O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações "tradicionais" da "questão social", a emergência de *novas expressões* da "questão social" que é insuprimível sem a

supressão da ordem do capital. [...] A cada novo estágio de seu desenvolvimento, o capital instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondente à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. (NETTO, 2011, p.160).

Por tudo que foi exposto, entendemos que há um aprofundamento da "questão social" na contemporaneidade e que enquanto o modo de produção capitalista vigorar nas relações sociais de produção não haverá solução para a "questão social" e sim a seu aprofundamento permanente.

2 O Modo de Produção Capitalista e o Serviço Social.

Para iniciarmos este capítulo, gostaríamos de salientar que o Serviço Social contemporâneo perpassou por enfrentamentos e desafios para que a profissão se consolidasse e tivesse suas ações baseadas no Projeto Ético Político da profissão vigente nos dias atuais. .

Neste capítulo veremos como a profissão surgiu no Brasil, seu processo de reconhecimento e amadurecimento diante do jogo de interesses obscurecidos pelo capitalismo através de seu processo de renovação. Além do mais veremos também como o Serviço Social exerce sua intervenção, sobretudo através da Política Nacional de Assistência Social e seus equipamentos para a materialização de direitos.

2.1 Serviço Social brasileiro: da emergência até a intenção de ruptura.

Para entendermos o Serviço Social crítico, hegemônico na literatura do Serviço Social contemporâneo, que possui suas ações baseadas no Projeto Ético Político da Profissão, teremos que discorrer sobre o processo sócio histórico de luta pela garantia de direitos sociais e trabalhistas no âmbito dos interesses políticos e econômicos, do sistema que rege nossa economia.

O Serviço Social possui como principal objeto de estudo e de intervenção as expressões da “questão social”, resultantes do processo de exploração da relação capital x trabalho, que apresentam as mistificações das relações sociais pelo processo de compra e venda de mercadorias, obscurecendo a relações causadoras das desigualdades provenientes do sistema capitalista.

Considerando esse pressuposto, podemos situar o aparecimento das expressões da “questão social”, juntamente à emergência do capitalismo concorrencial, iniciado na Europa, principalmente na Inglaterra por volta dos séc. XVII ao XIX, o qual rapidamente se expandiu por todo território ocidental e alavancou o processo de subordinação do trabalhador frente ao modo de produção capitalista. Nesse processo, a classe trabalhadora travou uma incessante luta pela garantia de seus direitos sociais e trabalhistas, que perdura até a contemporaneidade.

Podemos situar as expressões da “questão social” de acordo com Iamamoto (2014). Para a autora,

a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão (...) do capital. A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho - , das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2014, p.155-156).

Sendo assim, partiremos para uma trajetória sob o aspecto histórico – social – político e econômico, para compreender o processo de emergência e consolidação da profissão, numa perspectiva histórico-crítico em que Carlos Montaña (2009) analisa

o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos *projetos políticos-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”*. (MONTAÑO, 2009, p. 30). (Grifo do autor).

Nesta mesma perspectiva de pensamento Silva (2013) chama a atenção para o fato de que

o que estamos discutindo acerca do Serviço Social, é que o capitalismo se consolida como tal na medida em que as relações de produção e reprodução burguesas se objetivam trazendo consigo as classes sociais fundamentais típicas dessa sociedade: a burguesia (os donos dos meios de produção e apropriadores da riqueza socialmente produzida) e o proletariado (os vendedores da força de trabalho, desapropriados). A gênese do Serviço Social como profissão vincula-se, necessariamente, *a essa dinâmica e a uma fase já desenvolvida do capitalismo industrial marcadamente monopólica, típica do final do século XIX*. (SILVA, 2013, p. 65). (Grifo do autor).

Como vimos acima, o Serviço Social emerge como profissão a partir da consolidação do capitalismo monopolista como ordem econômica e social. Este processo se desdobra no aprofundamento da “questão social” e as suas expressões, onde no mesmo momento em que o Estado, como articulador das classes antagônicas da sociedade – burguesia e proletariado - , necessita de profissionais especializados para dar resposta à classe trabalhadora e continuidade do processo de produção capitalista.

Entretanto, até que a profissão se consolidasse como tal, buscando através da práxis a intervenção nas expressões da “questão social”, o Serviço Social inicialmente teve suas ações baseadas na filantropia e caridade, assim como Escorsim (2008) explica que “a filantropia e a assistência social associavam-se intimamente às práticas de

caridade no Brasil. Dependiam de iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos pobres e desvalidos da ‘sorte’”(ESCORSIM, 2008, p. 2-3).

Sendo assim, “a preocupação fundamental da Igreja concentra-se na reforma social, na restauração da sociedade cristã” (AGUIAR, 2011, p. 32). Porém o real interesse da Igreja é o fortalecimento de uma sociedade baseada nos preceitos cristãos e morais, para que haja a retomada de seu poder, visto que houve uma separação do Estado com a Igreja no período da Proclamação da República.

Deste modo, a situação de pobreza e vulnerabilidade social ainda não era vista pelo Estado como expressões da "questão social". Assim, o Estado ainda não se posicionava como responsável direto pelas relações sociais e pela sociedade estabelecendo leis e as materializando através de políticas públicas como existem na contemporaneidade¹⁶. Naquele momento o Estado visualizava a “questão social” como problemas sociais causados pela “anormalidade” ou falta de adaptação dos sujeitos as normas sociais. Isto significa que

a pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos. [...] Enquanto o Estado se insinuava nesta rede como agente de apoio, um tanto obscuro, ou de fiscalização, os modelos de atendimento assistencial decorrentes da pobreza [...] encaminhavam-se em geral para o asilamento, ou internação dos indivíduos portadores desta condição (SPOSATI, 1986, p.41).

As primeiras instituições assistências são: Associação de Senhoras Brasileiras, 1920 no Rio de Janeiro, e Liga das Senhoras Católicas em 1923 em São Paulo e é nesse processo de criação das instituições que se dá o primeiro movimento da “reação católica”, que tinha como “perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 177).

Contudo é somente a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, com o avanço do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista que

¹⁶ Um exemplo contemporâneo de maior regulação do Estado sobre a “questão social” é o conteúdo democratizante da Constituição Federal de 1988, quando foi estabelecida a Política de Seguridade Social, compondo o tripé: Saúde, Assistência social e Previdência Social. Neste contexto, a saúde é tida como um direito universal, a assistência social é ofertada a quem dela necessitar, e a previdência tem um caráter contributivo. Também podemos apontar os direitos sociais previsto no Capítulo II na Constituição de 1988, como: educação, segurança, moradia, alimentação etc. Resultando nos avanços obtidos através da Constituição, temos a ampliação e a materialização destas leis através da Lei Nº8.080 de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde, onde dá-se a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, temos alguns anos mais à frente, a Lei Nº8.742 de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social, que estabelece o Sistema Único de Assistência Social.

ocorrem as primeiras intervenções do Serviço Social e um posicionamento mais efetivo do Estado frente à “questão social”.

Deste modo, o processo de emergência do Serviço Social se inicia no ano de 1932 quando é fundado o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo, com o início oficial do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, promovido pelo Cônegas de Santo Agostinho. O principal objetivo do centro de estudo era promover um conhecimento mais elaborado, em cima da doutrina social da igreja, sobre os problemas sociais, com o intuito de aprimorar o trabalho das “assistentes sociais”.

Em seguida, no ano de 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado, ao qual competiria “a) superintender todo serviço de assistência e promoção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com as instituições particulares realizando seu cadastramento” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 185). Esse departamento era vinculado a Secretaria de Justiça e Negócios e tinha como primazia o atendimento aos menores desvalidos e aos trabalhadores e egressos de reformatórios e penitenciários.

A criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil é criada em 1936 em São Paulo, a partir da articulação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) (1932), organizado pelas cônegas de Santo Agostinho. O objetivo principal destas escolas de Serviço Social, tanto em São Paulo em 1936, quanto a criação da segunda escola de Serviço Social no Rio de Janeiro em 1937, foram segundo Aguiar (2011)

a formação doutrinária e moral; [...] engajam-se na ação social com a finalidade de reconstruir a sociedade em bases cristãs. [...] os católicos pretendem uma nova ordem onde a família, o Estado, a economia, a política e os costumes tenham por base o evangelho e que a sociedade seja organizada em bases corporativas. (AGUIAR, 2011, p.45).

Deste modo, o que vemos explícito nessa realidade é a formação de um profissional com base nos preceitos éticos e morais cristãos, e que, articulado com a sociedade burguesa, aplicava a sua formação para o reajustamento da ordem social, ou seja, o reajustamento do comportamento da classe trabalhadora.

Por volta de década de 1940, temos a influência norte-americana no Serviço Social brasileiro. Contudo, esta influência estadunidense não implicará no rompimento com as bases católicas, ao contrário, as duas bases teóricas se articulam, e neste momento a formação profissional passa a ser pautada nos princípios da filosofia cristã.

De acordo com Iamamoto & Carvalho (2014)

aconteceu o Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941 em Atlantic City (USA). A partir desse evento se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais Escolas de Serviço Social brasileiras com as grandes instituições e Escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social. No que se refere as modificações curriculares, se observa o estabelecimento de um processo que reaparece seguidamente: volta de um bolsista que realiza curso nos Estados Unidos, introdução de uma nova matéria no currículo (ou reorganização de alguma com a qual se assemelhava) da Escola à qual está ligado, introdução do currículo mínimo recomendado pela ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – 1946), institucionalização pelo currículo mínimo exigido pelos órgãos competentes do governo. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 240-242).

Nesse período, devido aos acordos econômicos e a política de expansão dos Estados Unidos após a II Guerra, bem como o seu enorme interesse pelas matérias primas do Brasil, o *Acordo de Washington* favoreceu a área cultural Brasileira, implicando em novas metodologias e técnicas do fazer profissional, destacando-se o *Serviço Social de Caso*, o *Serviço Social de Grupo* e o *Serviço Social de Comunidade*.

Este aspecto da história do Serviço Social é analisado por Aguiar (2011) da seguinte forma: “quando os assistentes sociais foram estudar nas universidades americanas, o [...] Serviço Social brasileiro carecia de um aparato instrumental, o Serviço Social norte-americano aparece como solução” (AGUIAR, 2011, p.83).

Por isso, devemos destacar que a prática profissional ainda não estava voltada para as expressões da “questão social” na sua perspectiva crítica, estava delimitada a bases positivistas e individualistas e ao jogo de interesses da classe burguesa aliada a Igreja Católica, ou seja, a necessidade de um profissional que ajustasse a classe trabalhadora de acordo com os interesses do capital.

É somente a partir com a implantação do (golpe) Estado Novo em 1937 de Getúlio Vargas e suas propostas de modernização e industrialização do país, que ocorre a institucionalização do Serviço Social. Aqui, vale lembrar que nesse período a economia mundial passava por uma crise do capitalismo, decorrente da crise de 1929 nos Estados Unidos, mencionada no capítulo anterior. Correlacionando a situação sócio econômica brasileira com a economia mundial, o Estado desenvolvimentista da Era Vargas e suas propostas de modernização e industrialização do País necessitavam de um processo de institucionalização de serviços sociais, como forma de ampliação do atendimento a “questão social” brasileira. Isto significa ampliar de alguma forma os

direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora como estratégia de discipliná-la para um novo tipo de trabalho e consequentemente ampliar os níveis de produtividade do país. Sendo assim, para Netto (2011) “a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objeto primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011, p.20).

Sendo assim houve um avanço no que se refere à promulgação de direitos sociais e trabalhistas, através da Legislação Social, entretanto

a legislação social se constitui de dispositivos legais que coíbem os maiores excessos e formas ‘primitivas’ de extração de trabalho excedente, (...) representa a reafirmação da dominação do capital e nunca seu contrário, (...) a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.251).

No governo de Getúlio Vargas, as legislações sociais e trabalhistas mais importantes foram a criação da Lei Eloy Chaves, com sua ampliação do seguro social para todos os trabalhadores assalariados através das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que mais tarde foram substituídas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs).

Porém nem toda classe trabalhadora seria contemplada nesse avanço no que se refere à garantia de direitos, assim como Meirelles (2014) indica que

não estavam contemplados no processo de proteção social os trabalhadores rurais, os desempregados da área urbana, os domésticos, os trabalhadores do mercado informal, os trabalhadores instáveis, dentre outros. Enfim, muitas categorias que até os dias de hoje não contam com proteção estatal em termos de previdência social, que no caso brasileiro, adota o modelo contributivo. (MEIRELLES, 2014, p.211)

Outro fator muito importante nesse período é a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a lei que institui o salário mínimo, a diminuição da jornada de trabalho, entre outras conquistas da classe trabalhadora.

Nesse processo em 1938, é criado o Ministério de Educação e Saúde e o Conselho Nacional de Serviço Social, onde o principal objetivo do conselho seria a realização do estudo social, porém o Conselho não conseguiu se engendrar na ação interventiva das relações sociais, passou a atuar como um mero manipulador de “verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.264).

Retornando a institucionalização do Serviço Social, ressaltaremos primeiramente a Carta Magna de 1934, onde destina “19 das rendas tributáveis à maternidade e à infância” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.263). Contudo é somente em 1938 que há a instituição do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), entretanto, a prática deste conselho foi extremamente restrita onde “caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.264).

A instituição que passa a assumir a fiscalização e a organização do Serviço Social é a Legião Brasileira de Assistência (LBA criada em 1942), onde inicialmente sua principal função será “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço da guerra” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.265).

Behring & Boschetti (2011), trazem uma visão mais crítica sobre a função da LBA. Para elas, a LBA foi

criada para atender às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra e era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas, o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil, atravessando a constituição da política social (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 107-108).

Neste mesmo ano, ocorreu a criação do Serviço Social de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituição promovida através da articulação do Estado com os interesses dos capitalistas, em mão de obra qualificada, visto que nesse período do capitalismo monopolista, o que se evidenciava era o aumento da composição orgânica do capital, onde o proletário deveria ser um profissional qualificado para o manuseio das máquinas.

Com isso, o Estado buscava estabelecer uma maior divisão social do trabalho de modo a ampliar os níveis de produtividade. Ou seja, Iamamoto & Carvalho (2014) apontam que

a intensificação do ritmo de trabalho, a atenção para vigilância e manuseio de um número maior de máquinas, etc., passam a exigir, concomitantemente, maior especialização e maiores necessidades para a reconstituição e reprodução da força de trabalho, como diminuição da jornada de trabalho, férias etc (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.271).

Nesse mesmo sentido de atender aos interesses da indústria, é criado em 1946, o Serviço Social da Indústria (SESI), onde o profissional de Serviço Social passa a atuar na vida social do proletário, colocando-o

em condições compatíveis quanto à alimentação, educação, habitação para si e para sua família e quanto à eficiência nos métodos de produzir, será possível superar sua subnutrição, estado físico precário, falta de responsabilidade e cooperação, que estão na origem de sua instabilidade e causam enormes danos a produção” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 286).

No mesmo ano de criação do SESI, ocorreu também a inauguração da Fundação Leão XIII, sendo sua principal intervenção a atuação assistencial e médica nas grandes favelas. Neste caso, o Serviço Social atuou fortemente com a concepção de educação popular e lazeres educativos, pois naquele momento para fundação “o analfabetismo será percebido como a causa fundamental de sua marginalização social” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.303), e não como uma expressão da “questão social” resultante dos processos das contradição capitalistas existentes.

Esse período marca o início do rompimento com as práticas assistencialistas que estiveram na gênese da profissão, para demarcar o início da institucionalização e a busca por métodos que justificassem uma atuação necessária aos objetivos estatais e empresariais. Iamamoto & Carvalho (2014) apontam que

o Serviço deixa de ser uma forma de intervenção política de determinadas frações de classes, a qual se baseia no assistencial e é implementada – por intermédio da Igreja – pelos segmentos femininos destas mesmas frações de classes, para ser uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto do bloco dominante. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.327).

Avançando para a década de 1950 emerge na área do Serviço Social, o Desenvolvimento de Comunidade (DC), através da Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com o modelo desenvolvimentista que era implementado o governo de Juscelino Kubitschek. O DC visava à intervenção dos Assistentes Sociais diretamente na comunidade buscando a maior participação popular para a elevação econômica. Deste modo, segundo Aguiar (2014)

a ONU definiu Desenvolvimento de Comunidade, tendo por base teórica os conceitos de harmonia e equilíbrio, como ‘processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das

comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país. (AGUIAR, 2014, p.119).

Vimos, nesta pequena trajetória, algumas faces da gênese serviço social e alguns avanços na prática profissional, desde a concepção cristã, baseadas no serviço social Europeu, até alguns anos depois sob a influência norte-americana que, como processo histórico político e econômico, interferiram na profissão. Diante disto, avançaremos para década de 1960, onde se inicia a busca por novas bases ideológicas e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

2.2 A Ditadura Militar e o Período De Reconceituação Do Serviço Social Brasileiro

A década de 1960 inicia com a eleição do novo Presidente da Republica, com sua teatral campanha contra a corrupção, “vassourinha”. Estamos falando de Jânio Quadros e com o vice Presidente da Republica, João Goulart, também eleito em 1960.

No ano seguinte da sua eleição, em 1961, Jânio Quadros, renuncia ao cargo a Presidência do país, dando início a uma crise política, visto que sua real intenção com a renuncia era a organização tanto da burguesia conservadora quanto da massa popular para a sua volta a presidência, e o seu retorno fosse marcado por um governo forte.

Entretanto não foi isso que ocorreu, a bancada opositora a de Jânio Quadros no congresso, reivindicou a posse do vice-presidente João Goulart, assim como previa a Constituição Federal Brasileira, porém, a bancada conservadora e militar, almejava um golpe à democracia com a nomeação de Ranieri Mazzili ao cargo de chefe do executivo.

Contudo, o movimento popular foi às ruas para defesa da democracia, e espalhou-se pelo Brasil. Diante disso, houve negociações a respeito da posse de João Goulart. O acordo previa a substituição do regime eleitoral da presidência através do parlamentarismo, o que supõe a João Goulart um regime presidencial com poderes extremamente reduzido. Este regime permaneceu até 1963, onde através de um plebiscito haveria a restauração do regime presidencial.

Durante o mandato da presidência de Goulart, seu objetivo era conter a inflação e recuperar os índices de crescimento e desenvolvimento do país. Sendo assim, segundo Aguiar (2011), sua estratégia foi requisitar para compor a equipe de trabalho

Celso Furtado para o Ministério do Planejamento com a tarefa de preparar e executar o ‘Plano Trienal’; San Thiago Dantas para o Ministério da Fazenda – que se empenhou num programa de estabilização, para que pudesse haver

um maior desenvolvimento – e Almiro Afonso para o Ministério do Trabalho. [...] O Plano Trienal de Furtado tinha como objetivos o combate à inflação, recuperar o alto índice de crescimento e realizar reformas de base. (AGUIAR, 2011, p. 126).

Neste sentido, Netto (2014) explica que para conter a crise que assolava o país

o horizonte de Jango e seus colaboradores mais próximos – conduzir o equacionamento da crise garantindo a soberania [...] e no marco das instituições democráticas e da sua ampliação, as soluções para a crise econômica estavam hipotecadas ao que à época chamou-se de reformas de base. Entre elas, eram importantes: em primeiro lugar, a reforma agrária, quebrando o monopólio oligárquico da terra (expresso na dominância do latifúndio), aumentando e barateando a oferta alimentar e travando o êxodo rural; a reforma tributária e fiscal, de forma a assegurar a racionalização das principais fontes do fundo público; a reforma bancária, de molde a constituir um sistema de crédito capaz de subsidiar o financiamento do prosseguimento do processo da industrialização pesada [...]; e uma reforma urbana, apta a regular socialmente o uso do solo citadino. (NETTO, 2014, p.42) (Grifo do autor).

Diante deste desejo de Jango para a implementação das reformas de base, a oposição militar em conjunto ao apoio de parte da sociedade civil, com investimento do capital internacional, aplica em 31 de março de 1964, o Golpe Militar.

Silva (2013) ressalta pois

o que estava em jogo não era propriamente capitalismo ou o socialismo, mas a disputa entre um modelo de desenvolvimento associado e dependente (marca da era de monopólios e do imperialismo na sua forma mais radical) ou um processo de intensas reformas democráticas e nacionais, contrárias ao imperialismo e ao latifúndio, que poderia se desdobrar – radicalizando – em um processo de revolução social. (SILVA, 2013, p. 86).

Como visto acima, é importante destacar que o período que se instala a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), é caracterizado por um país que dava passos democráticos. A ditadura militar eliminou aquelas possibilidades de democratização e fortaleceu o capitalismo monopolista, visto que no Brasil as bases da industrialização se instalaram tardiamente se comparado aos países da Europa, assim como Netto (2014) acentua em sua obra

a funcionalidade do Estado próprio ao regime instaurado a 1º de abril era, portanto, dupla: econômica e política – o novo padrão de acumulação que ele promoveria, para superar a crise, supunha tanto o privilégio ao grande capital numa perspectiva que atualizava as condições de reprodução da dependência, quanto as mais severas restrições à participação democrática da massa da população. (NETTO, 2014, p.79).

No período imediatamente pós-golpe, Castelo Branco (1964-1967) foi eleito pelo Congresso Nacional. Em sua posse, Castelo Branco prometeu que seu governo seria transitório e que encaminharia novas eleições no período de dois anos. Já adiantamos, isto não aconteceu.

Algumas medidas contra os movimentos democráticos foram tomadas durante o governo de Castelo Branco, o então ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda atacou diretamente o movimento estudantil com a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE). Logo em seguida foram instaurados os Inquéritos Policial-Militares, que investigavam os crimes de corrupção e subversão¹⁷. Depois, o governo atacou ferozmente a classe trabalhadora, com o intuito de conter a inflação, promovendo o “arrocho salarial”. De acordo com Netto (2014)

em 1963, os trabalhadores remunerados com o salário mínimo gastavam 40,97% dele para comprar a ração essencial mínima e, em 1973, mais de 60% (e, no fim do ciclo ditatorial, 74,38%), mais ataques a classe trabalhadora foram acometidos em favorecimento do capital, entre eles estão a Lei da Greve (1º de Junho de 1964, nº 4.330) o qual proibia as manifestações dos funcionários e somente as tornava legal se caso não fosse pago o salário no dia correto e quando o salário fosse inferior as decisões judiciais. (NETTO, 2014, p.93).

Outra medida foi a criação do Fundo de Garantia do Trabalhador (FGTS). Esta medida definia que o empregador passava a depositar 8% do salário mínimo em conta bancária do próprio trabalhador, e, se em determinado período o trabalhador fosse demitido seria pago o valor total depositado em sua conta. Este ataque simbolizou uma rasteira a classe trabalhadora visto que nesse período a legislação trabalhista previa estabilidade aos operários que tivessem mais de 10 anos de serviço, salvo aqueles que cometessem falta grave mediante comprovação judiciária.

Como vimos no momento de sua posse Castelo Branco prometeu a volta das eleições diretas e a sua destituição do cargo do Executivo Nacional, entretanto, em 1965 o Presidente da República promulgou a lei da inelegibilidade, que “inviabilizava, para as eleições de outubro de 1965, candidaturas de oposição que tudo indicava seriam vitoriosas” (NETTO, p.98, 2014). Contudo o fortalecimento do Golpe Ditatorial viria com a imposição do Ato Institucional nº 2 (AI-2).

Netto (2014) analisa que

¹⁷ “O ‘subversivo’ – ou seja: aquele que pretendia promover transformações sociais revolucionárias (não importa se por meios pacíficos ou ações violentas) na sociedade nacional” (NETTO, 2014, p.87).

o AI-2 determinava o *fim de eleições diretas para a presidência da República*: presidente e vice-presidente seriam escolhidos pela maioria absoluta de um colégio eleitoral composto de membros do Congresso Nacional, mediante voto nominal e aberto. E mais: o ato *retirava do Legislativo, transferindo-as para o executivo, atribuições importantes* (a competência exclusiva em questões orçamentárias [...]) e *reduzia a exigência de votos [...]* para a aprovação de emendas constitucionais apresentadas pelo Executivo [...] (com o AI-2, o prazo iria até março de 1967). (NETTO, 2014, p.100-01). (Grifo do autor).

Deste modo, em 1967, Costa e Silva vence as “eleições” do colegiado eleitoral, que compunham os votos de senadores e deputados. Seu governo vai do período de 1967-1969.

Durante o mandato de Costa e Silva, continuou e intensificou os ataques aos movimentos estudantil, sindical e à classe trabalhadora, ocorreu à privatização da medicina através de Leonel Miranda – Ministro da Saúde -, a redução dos investimentos orçamentários destinados à educação e saúde, “entre 1967 e 1969, respectivamente, de 8,71% para 8,69% e de 3,45% para 2,59%” (NETTO, 2014, p.108), sendo que em contrapartida, os investimentos em segurança, através de armamento, praticamente triplicou.

Aqueles que lutavam pela democracia, os movimentos estudantis, sindicais, políticos, sofreram fortes ataques durante o período ditatorial em que Costa e Silva governou, principalmente, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).¹⁸

Silva (2013) explica que “o Ato Institucional nº 5 promoveu a cassação dos direitos políticos de representantes de diferentes espectros políticos, fechou o parlamento, reprimiu o movimento estudantil e adotou outras iniciativas necessárias à ordem” (SILVA, 2013, p. 87).

Posteriormente, em 1969, ocorreu a “eleição” de Garrastazu Médici (1969-1973). Médici governou o país durante o chamado “milagre econômico”, sendo importante salientar que de “milagre” aquele “avanço” tecnológico não tem

¹⁸ “Os poderes atribuídos ao Executivo pelo Ato Institucional nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) poder cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos [...]; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de declarar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional n. 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recurso” (ALVES, 1994 apud NETTO, 2014, p.134).

absolutamente nada, pois ocorreu a partir de medidas no governo de Castelo Branco com o início Plano de Ação Econômica de Governo (PAEG), cujo objetivo central era estagnar a crise capitalista que começava a abalar a economia do país, e de todos os países de capitalismo ocidental. A crise da década de 1970 ficou conhecida como a crise do petróleo em função do grande aumento no preço do barril de petróleo.

O "milagre econômico" consistia basicamente no tripé econômico brasileiro, as empresas estatais, o importantíssimo capital estrangeiro e as empresas nacionais, e além de outras ações que foram incorporadas ao longo do governo ditatorial e mantidas por Médici, como: o arrocho salarial, baixo investimento em educação e saúde, e o que não podia faltar, o investimento cada vez maior na Segurança Nacional, visto que o Brasil possuía muitas pessoas "subversivas" que precisavam ser "investigadas" e "condenadas" por seus atos contra o regime Ditatorial.

Vale destacar um dado muito importante que Netto (2014) analisa: "em 1974, tomando-se, em termos de faturamento, as 200 maiores empresas industriais que operavam no país, contata-se que 41,6% delas eram estrangeiras, 35,3% estatais e 23,1% nacionais" (NETTO, 2014, p.149).

O governo ditatorial de Médici ficou conhecido também como os Anos de Chumbo, o qual através da Operação Radar tratou de imobilizar os partidos políticos que vinham se articulando contra a oposição, dentre eles estavam o Partido Comunista do Brasil (PCdB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Contudo o governo Médici deveria chegar ao fim em 1973, deste modo iniciou a busca pelo seu sucessor, por decisão unânime chegaram a um nome, Ernesto Geisel, que até então era presidente da Petrobrás.

Sendo assim, Ernesto Geisel assume a presidência em março de 1974, sua proposta de governo foi uma "lenta, gradativa e segura distensão aos porões e aos quartéis" (NETTO, 2014, p.177), o qual seria uma lenta e gradativa mudança dos moldes ditatoriais para a imposição da autocracia. Segundo Netto (2014), para Geisel, o governo ditatorial "não poderia manter-se como tal; operando sem controles e limites, com oficiais militares interagindo com malfeitores [...], o terrorismo de Estado levaria, na visão de Geisel, o regime a um beco sem saída" (NETTO, 2014, p.178).

Deste modo Geisel traçou um plano para concretizar seus objetivos, o primeiro

consistia em submeter a forte controle a máquina repressiva, disciplinando-a do banditismo do que considerava os seus excessos [...] em especial na 'comunidade de informações' e nos 'porões', onde a autonomização dos

agentes repressivos já colidia em muitos casos, com a própria hierarquia militar (NETTO, 2014, p.178).

Já o segundo plano Geisel buscou segundo Netto (2014)

legitimidade para o regime através da valorização do seu partido, a ARENA, [...] Geisel pretendia era abrir espaço para um mínimo de vida e de atividade políticas – mas espaço controlado pelo Executivo e sob sua orientação [...]. O segundo teria que envolver o mundo político e outros sujeitos sociais (a sociedade civil, enfim) (NETTO, 2014, p.179).

Visto isso, Geisel, incorpora seu plano nas eleições que viriam logo a seguir, o partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) pode realizar suas atividades eleitorais, denunciou as atrocidades cometidas neste período com a classe trabalhadora e com os movimentos sociais que eram considerados “subversivos”. O resultado desta denúncia “livre” foi o alto índice na porcentagem no resultado das eleições.

Como já dito anteriormente, na década de 1970, no que refere à economia internacional, o capitalismo passava por uma crise estrutural. Essa crise travou os países industrializados, o dólar neste período que servia de base econômica foi desvalorizado e os países que compunham a Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP) praticamente quadruplicaram os preços do barril, lembrando que o petróleo servia de matéria prima para a fabricação de bens de consumo com taxas extremamente elevadas.

Sendo assim, durante o mandato de Geisel, o “milagre econômico” se via em crise, visto que o capital estrangeiro compunha o “tripé” da economia brasileira, ou seja, houve cortes no empréstimo internacional e uma grande recessão econômica.

Diante deste contexto brasileiro, a vitória nas eleições do MDB, Geisel, teve de encontrar uma nova alternativa para que as mudanças. Segundo Netto (2014), “não afetar os núcleos decisórios do Estado” (NETTO, 2014, p.197. Deste modo, Geisel abriu o Congresso Nacional e implantou o chamado “Pacote de Abril”¹⁹.

¹⁹ A emenda nº. 8 incidia especialmente sobre as eleições, modificando substancialmente o disposto na Constituição de 1969. As imposições do ‘pacote’ foram as seguintes: a) as ‘eleições’ indiretas para os governos estaduais foram tornadas permanentes e a composição dos seus colégios eleitorais foi alterada, incluindo-se neles um percentual de representação dos municípios; b) instituíram-se sublegendas, em número de três, na eleição direta dos senadores, permitindo à ARENA recompor suas bases e aglutiná-las sob o mesmo teto; c) tornou-se indireta a ‘eleição’ de um dos senadores para a renovação do Senado em dois terços – os senadores ‘eleitos’ indiretamente ficariam conhecidos pejorativamente como *biônicos*; d) ampliaram-se as bancadas que representavam os estados menos desenvolvidos (os ‘grotões’): elas passaram a ser formadas com base na população e não mais com base no número de eleitores; e) estendeu-se a ‘Lei Falcão’ para as eleições estaduais e federais; f) prolongou-se para 6 anos a duração do mandato presidencial e alterou-se a composição do Colégio Eleitoral que ‘elegeria’ o presidente, diminuindo-se a representação dos estados mais populosos; g) reduziu-se de dois terços para a maioria

O pacote de abril deixava claro suas intenções e Netto (2014) explica muito bem isso:

o pacote deixava claro os limites no interior dos quais a ‘lenta, gradativa, e segura distensão’ deveria mover-se (isto é: não afetar os núcleos decisórios do Estado), provava cabalmente que a estratégia geiselista obedecia ao intento enunciado pelo personagem de Lampedusa – mudar para conservar. (NETTO, 2014, p.197-198).

Mais a frente Geisel implantou o “pacote de reformas”, cujas ementas incluíam a revogação o Ato Institucional nº5 (AI-5) e, restaura o direito de *habeas corpus*, retirava o poder do Executivo de fechar o Congresso Nacional e revogou lei penal que exilava brasileiros.

Já em 1979, Geisel passa o cargo para João Batista Figueiredo. O Governo de Figueiredo é marcado profundamente pelas manifestações do proletariado insatisfeito com as medias tomadas para conter a crise, o arrocho salarial e as medidas terroristas impostas pela Ditadura Militar.

É importante salientar algumas considerações sobre a realidade vivida pela classe trabalhadora neste período. Netto (2014) analisa que

o impacto da recessão sobre a massa da população (em 1979, éramos 115.928.535 e, em 1985, já somávamos 131.639.272 brasileiros), majoritariamente urbana foi brutal. Entre 1979 e 1984, a renda *per capita* reduziu-se em 25%; entre junho de 1982 e abril de 1985, os salário reais caíram 20%; entre 1981 e 1983, com o setor industrial experimentando uma retração de 52% , a taxa de desemprego nele registrada foi de 7,5% - em agosto de 1981, apenas nas regiões metropolitanas, havia 900 mil desempregados; [...] em 1985, 35% de todas as famílias e 41% de todos os indivíduos (cerca de 54 milhões de brasileiros) viviam em condições de pobreza [...] e se tratava de uma *pobreza em ascenso*: a população com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza passou de 38,78% em 1979 para 48,39% em 1984. (NETTO, 2014, p.214). (Grifo do autor).

Este foi o Brasil extremamente desigual, que enfrentou a greve dos metalúrgicos inicialmente em São Bernardo e Diadema em 1979, e que se espalhou por todo território brasileiro, seja com a paralização dos funcionários das grandes indústrias, ou, com manifestações em cidades do interior. As manifestações reivindicavam o aumento da base salarial e progressão do salário conforme a inflação.

simples o *quórum* necessário para a aprovação de emendas constitucionais pelo Congresso Nacional (NETTO, 2014, p.197).

As lutas foram muitas e intensas, marcadas por agressividade e “desaparecimento” de muito militantes trabalhadores, contudo, depois de um longo período em greve, os metalúrgicos recuaram. De acordo com Netto (2014),

os metalúrgicos decidiram retornar ao trabalho, no que se configurou objetivamente como uma derrota - que lhes custou caro: vitoriosos, os patrões tripudiaram, inclusive com o recurso a massivas demissões. Só uma coisa os trabalhadores ganharam nesta etapa de luta: consolidaram a consciência da sua força como classe. Não foi pouco. (NETTO, 2014, p.230).

Outro movimento, que não pode ser excluído da história da Ditadura Militar, são as Diretas Já, organizadas pelo movimento que almejava a democracia, liderada por Dante de Oliveira, onde apresenta uma reformulação na emenda Constitucional para a retomada das eleições diretas e não pelo Colegiado Eleitoral. Quase que imediatamente as “Diretas Já” ganharam força da população brasileira e da sociedade civil, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os sindicatos, a UNE, contudo este movimento necessitava da votação equivalente a 2/3 do Colegiado, e obviamente que a votação não atingiu a máxima para sua aprovação.

Contudo, o movimento partidário, PMDB e a Frente Liberal, partidos estes que puderam se formar a partir da Lei Orgânica dos Partidos Políticos nº 6.767, aprovada em 20 de Dezembro de 1979, suspendia a bi-partidariedade que havia no país (Aliança Renovadora Nacional - ARENA - e MDB), elencaram uma proposta de “Mudanças Já”, o qual colocava Tancredo Neves como candidato a presidência.

Em Janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito presidente do Brasil, lembrando que as “Diretas Já” não foi aprovada, e quem o elegeu foi o Colegiado Eleitoral, aquele que sempre elegia políticos militares da ARENA. Entretanto, Tancredo Neves vem a falecer e quem assume a Presidência da República é seu Vice-Presidente, José Sarney, dando início a transição democrática do país.

É importante, trazer estes elementos da sociedade brasileira para reconhecemos o momento econômico, político e social que a classe trabalhadora passava para compreendermos o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e a sua busca pela ruptura de uma modelo positivista social e a sua engrenagem no marco capitalismo em sua fase monopolista, através da economia política, e as contradições inerentes a ela.

Deste modo, Silva (2013) nos explica que

o aprofundamento da ordem monopólica marcada pela modernização conservadora do país nas décadas de 1950, 60 e 70 do século XX impôs à profissão a necessidade de uma revisão do ‘Serviço Social Tradicional’ (Netto, 1991, *apud* Silva, 2013), que, com todos os seus limites, teve o mérito de recolocar questões centrais para o Serviço Social: discussões sobre a metodologia de atuação profissional, a retomada das preocupações teóricas (ainda que de forma superficial e tímida), a aproximação com outras áreas do conhecimento tendo o espaço universitário como importante interlocutor, a importância da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito da profissão, entre outros aspectos. (SILVA, 2013, p.90).

Como parte deste movimento, temos três perspectivas que, segundo Netto (2005) incorporaram o movimento de reconceitualização: a “perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura” (NETTO, 2005, p.247).

A perspectiva modernizadora foi a mais difundida, baseada no funcionalismo-positivista, organizada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), esteve presente no I Seminário de Teorização do Serviço Social realizado em 1967 na cidade de Araxá, a qual resultou no Documento de Araxá, este encontro objetivava, segundo Martinelli (2003) “a reflexão sobre o Serviço Social no Brasil, em especial na complexa conjuntura histórica posterior ao golpe de 1964” (MARTINELLI, 2003, p.21).

Logo depois temos o II Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado na cidade de Teresópolis em 1970, resultando o Documento de Teresópolis. O objetivo deste seminário era teorizar uma metodologia profissional e buscar objeto para intervenção profissional, Martinelli (2003) explica que este Encontro

discutiu também modelos operacionais, nos quais indicava os principais fenômenos que incidiam na área de atuação do Serviço Social, as variáveis que os acompanhavam e as possíveis funções a serem executadas pelos agentes mediante o uso de procedimentos metodológicos próprios. A racionalidade da prática e a competência técnica do profissional expressavam-se a esta altura como alternativas para superar os crescentes problemas que o Serviço social enfrentava em uma sociedade cada vez mais oprimida não só pelas contradições e antagonismos que marcam o regime capitalista mas, em especial, por sua própria situação política, de uma sociedade envolvida por uma ditadura militar que espalhava sequelas de toda ordem e que a todos atingia. (MARTINELLI, 2003, p.22).

O que está pautado nestes dois seminários não é uma ruptura com o modelo desenvolvimentista assumido na década de 1950, e sim uma perspectiva positivista dos “males sociais” que estavam postos na realidade social. Naquele momento o Serviço Social ainda não assumia a perspectiva histórico-crítica.

Tivemos também, em 1978, o Encontro em Sumaré, realizado no Rio de Janeiro, que segundo Silva (2013) “revelou, mesmo que superficialmente e em tempos

de decadência da ditadura militar, um deslocamento da perspectiva modernizadora. O documento [...] fez referência a outras matizes teóricas que serviram de inspiração para o Serviço Social, [...] a fenomenologia” (SILVA, 2013, p.94).

Aqui, vale ressaltar que nos anos de 1972 a 1975 é realizado um estudo na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (em Belo Horizonte), mas somente em 1980 este estudo vem a público. Este estudo foi o início da intenção de ruptura com as bases acríticas que vinham servindo de fundamento teórico para profissão, salientando que o Método de BH (como ficou conhecido) possuía sua base teórica nos fundamentos em Marx.

Inicialmente este estudo revela alguns apontamentos importantes que até então não haviam sido analisados pelos profissionais, entre eles, são:

a) uma forte crítica à proposta de desenvolvimento em curso na época, tendo como referência a aproximação com a tradição marxista [...]; b) a composição de um projeto global [...] com forte crítica ao tradicionalismo e às outras matrizes reconceituadas; c) a crítica à ‘neutralidade’, à departamentalização/fragmentação responsável pela mutilação do real, bem como a recusa do vínculo do Serviço Social com processos de adaptação, de integração social e de individualização dos ‘problemas sociais’ despidos de contextualização e de análise histórica. (SILVA, 2013, p.99).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2012) acrescenta que

alinhamo-nos a um novo marco teórico-metodológico, conhecido como Método BH, que se referia basicamente à relação entre conhecimento, processo de intervenção direta com instituições e grupos de população, por meio do que chamamos de aproximações sucessivas entre teoria e prática, entre indivíduo e sociedade. Foi esta também uma experiência coletiva que reuniu profissionais de SS altamente qualificados/as e cientistas sociais de ponta em Belo Horizonte (MG). Uma das principais contribuições desta experiência foi sem dúvida haver tentado uma reinterpretação da profissão e sua inserção na sociedade, desvelando ângulos políticos da ação profissional. (CFESS, 2012, p.79).

Entretanto é somente em 1979, na cidade de São Paulo, que acontece o III Congresso Brasileiro de Serviço Social. O Congresso da Virada, como ficou conhecido, marcou a trajetória da profissão, pois, determinou o fim das bases teóricas mais positivistas e conservadoras e estabeleceu o “pontapé” inicial para a implantação do Projeto Ético Político Profissional, de base crítico-dialética, conforme o conhecemos atualmente.

Neste contexto, o CFESS (2009) relata que os Assistentes Sociais

começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/ trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A ‘Virada’ teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. (CFESS, 2009).

Este processo revela o avanço e o protagonismo dos Assistentes Sociais na busca por um Estado Democrático de Direito, visto que a profissão rompe com sua base tradicionalista para o aprimoramento da concepção histórico-crítica, tendo como base teórica fundamental o marxismo, para, a partir das mediações, compreender as relações sociais e o antagonismo inerente ao capitalismo.

Prosseguindo com o processo de legitimação da profissão, tendo como perspectiva as suas novas bases teóricas, temos em 1986, a reformulação do Código de Ética da Profissão, o qual estabelece as

conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do/a técnico/a, não mais um/a agente subalterno/a e apenas executivo/a, mas um/a profissional competente teórica, técnica e politicamente. (Brasil, 2012, p.20).

Devemos salientar que o processo do Movimento de Reconceituação não foi o único ganho da profissão. Com a redemocratização no país, a profissão conquistou, em 1988, a inserção da Assistência Social no tripé da Seguridade Social – Saúde (universal), Previdência (contributiva) e Assistência Social -, assumindo um caráter de direito a ser garantido a quem dela necessitar.

O amadurecimento da profissão necessitou uma revisão no Código de Ética profissional para explicitar melhor os princípios éticos e a atuação profissional, visto que no decorrer deste processo houve o avanço teórico e a Assistência Social passa a integrar um conjunto de direitos sociais. Deste modo, este debate teve início no I Seminário Nacional de Ética, em 1991, continua no II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e em resulta no II Seminário Nacional de Ética, ambos em 1992. A elaboração do Código de Ética perpassa dois pontos importantes:

reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético- político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e

sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a. (Brasil, 2012, p.21).

Visto isso, em março de 1993 é aprovado o Código de Ética Profissional que estabelece os princípios éticos voltados à prática profissional, em todos os aspectos, seja em relação aos usuários, a outros profissionais, incluindo o sigilo profissional, aspectos relacionados as instituições empregadoras, entre outros, mas sempre apontando os direitos e deveres dos profissionais de Serviço Social.

Acompanhamos até este período o desenvolvimento e amadurecimento da profissão, lembrando que, outros avanços foram obtidos ao longo da trajetória da profissão, que veremos mais adiante, mas o que importa neste momento é a compreensão de seus fundamentos teórico-metodológicos e as bases do processo de ruptura com o tradicionalismo para o reconhecimento e aprimoramento da totalidade.

As novas bases teóricas, incorporadas com o Método de BH e no Congresso da Virada, nos posicionam num novo campo do conhecimento crítico do capitalismo e as contradições inevitáveis deste processo. Nossa metodologia profissional é estabelecida através da práxis profissional e assume a intervenção nas expressões da “questão social”.

O que podemos dizer para finalizar esta concepção do Serviço Social? Podemos dizer que, o serviço social teve a maturidade de se reconhecer, de se compreender e, para além disto, teve o desafio de propor no interior da categoria profissional novas bases teórico-metodológicas, que o fazem compreender a totalidade da ordem societária, e que põem no centro e inerente à ela a contradição do modo de produção capitalista. Neste sentido, Netto (2005) diz que

este momento - em que o projeto da ruptura se consolida academicamente -, com o acúmulo particular que propiciou e configurador, em face do passado, de uma massa crítica nova, permitiu à perspectiva da intenção de ruptura uma reserva de forças com as quais ela ingressou no seu terceiro momento, que ainda vivemos: o momento em que ela se espraia para o conjunto da categoria profissional. (NETTO, 2005, p.266).

Deste modo, vemos que o que está posto para a categoria profissional, é o desafio de compreender e de se apropriar das bases teóricas marxistas, para que assim, possamos repassar este conhecimento para a classe trabalhadora e juntos lutarmos pelos

direitos que nos são negados cotidianamente, e quem sabe, num futuro distante, conquistaremos a emancipação humana e transcenderemos a ordem capitalista para uma ordem mais justa e igualitária.

2.3 A Política Nacional de Assistência Social e sua materialização no Centro de Referência Especializada de Assistência Social de Paranaguá.

Neste item, veremos como se deu a ampliação da garantia de direitos e sua materialização a partir de políticas públicas na área do Serviço Social.

No ano de 1988 é promulgada a Constituição Federal que inclui a Assistência Social como direito a ser garantido dentro da Seguridade Social, configurando o denominado tripé da Seguridade Social brasileira: saúde e previdência social, e como Direito Social básico para a garantia da equidade social

diferentemente dos outros direitos que assegurem uma igualdade jurídica, os direitos sociais buscam garantir a igualdade real (e não apenas formal) e o bem-estar das pessoas, tendo como diferencial, a necessidade do poder público de desenvolver ações ou políticas públicas para sua efetivação. (FERREIRA, 2013, p.11).

Como exposto no Capítulo II dos Direitos Sociais desta Constituição:

art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CF, 1988).

E na Seção IV Da Assistência Social da Constituição de 1988:

art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III – a promoção à integração ao trabalho;
IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (CF, 1988).

A assistência social é garantida como direito dos cidadãos e dever do Estado, que tem por função assegurar esses direitos impostos tanto na Constituição, instaurados

através da articulação dos poderes: legislativo, executivo e judiciário, como na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. A LOAS emerge como regulamentação da profissão, com suas definições e objetivos, princípios e diretrizes, organização e gestão através Sistema Único de Assistência Social, dos benefícios, serviços e programas de assistência social e do financiamento da assistência social. Através do Capítulo I Das Definições e Objetivos da LOAS:

art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993).

Os princípios e diretrizes da LOAS trazem a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais através das políticas públicas, respeitar a dignidade do cidadão, sua autonomia, equidade de acesso aos direitos pelos atendimentos e divulgação ampla dos serviços, programas e projetos assistenciais oferecidos aos cidadãos, em fim a LOAS normatiza o funcionamento da Assistência Social no Brasil.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome foi criado em Janeiro de 2004, com o intuito de promover a proteção social, através de segurança alimentar, assistência integral e a transferência de renda à população que vive em situação de pobreza, um dos programas é a Bolsa Família, que preconiza a inclusão dos beneficiários à educação e à saúde.

Em 2005, respeitando os princípios norteadores da LOAS²⁰, o governo Lula implantou o SUAS como política pública de assistência social que vislumbra o alargamento “da agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com as suas necessidades e independente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos” (NOB/SUAS, 2005, p.15). Trata-se de um regime geral de gestão da política de assistência social que “integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Federal n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993” (NOB/SUAS, 2005, p.8).

²⁰ “Em 1993 é promulgada a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que regulamenta o Art. 203 da Constituição Federal no que trata da Assistência Social, significando para a assistência o que Boschetti (2000) denominou ‘fim da travessia deserto’, devido à possibilidade de superação da compreensão generalizada da assistência social como dever moral de ajuda e entende-la como dever legal de garantia de direitos sociais” (MEIRELLES, 2014, p. 373).

Os eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social são:

alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; matricialidade sociofamiliar; territorialização; descentralização político-administrativa; financiamento partilhado entre os entes federados; fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; valorização da presença do controle social; participação popular/cidadão usuário; qualificação de recursos humanos; informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados. (PNAS, 2004, p.87).

No que se refere a Proteção Social, esta subdividida em quatro níveis, temos a proteção social básica, a proteção social especial, a proteção social de média complexidade e a proteção social de alta complexidade.

Os serviços de proteção social básica e de proteção social especial e de média complexidade, são ofertadas nos Centros de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) respectivamente, já os serviços da proteção social especial de alta complexidade são aqueles proteção integral, como, "moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e, ou, comunitário." (PNAS, 2004, p.38).

Visto isso, os equipamentos que oferecem os serviços de alta complexidade, são as casas lares, repúblicas, albergue, família substituta etc. Essa medida é realizada justamente quando os vínculos familiares já foram rompidos.

2.3.1 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Paranaguá.

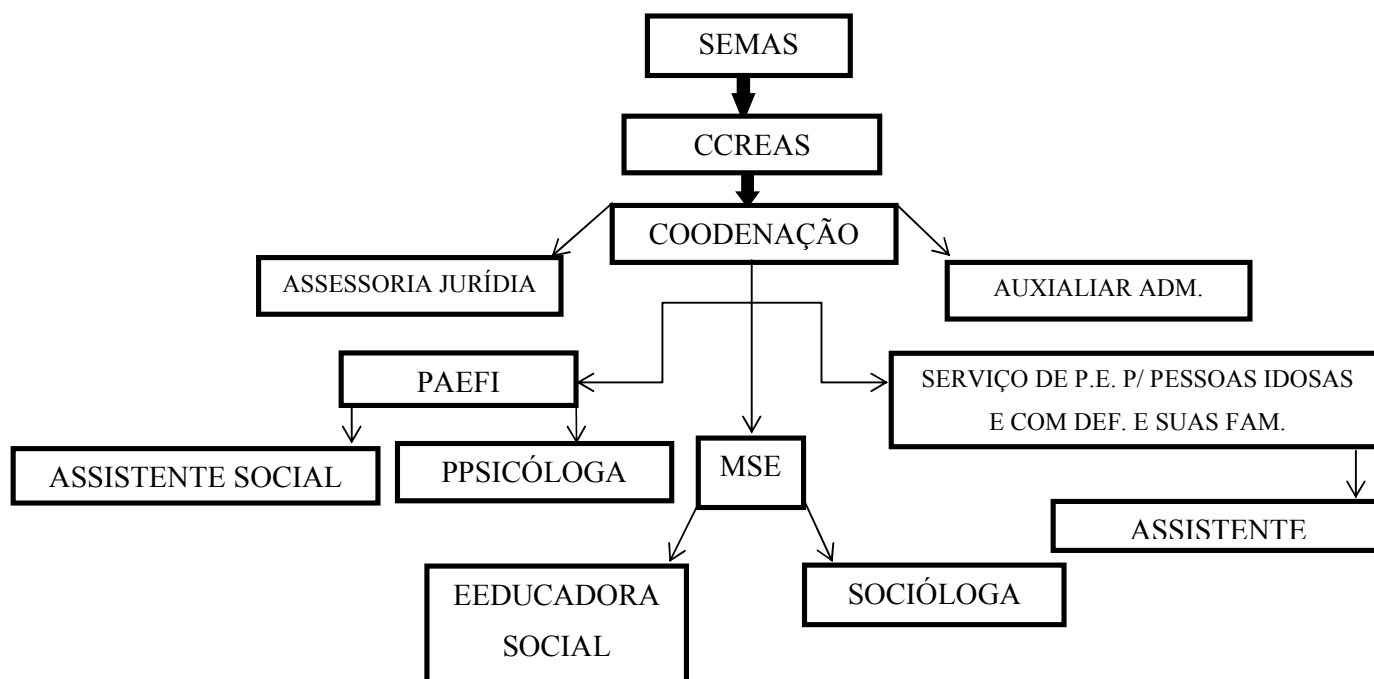
O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é um equipamento que integra a proteção social especial, é uma unidade pública e estatal, que oferta atendimento especializado e continuado para famílias e indivíduos que possuem seus direitos violados, ou seja, atende a todas expressões da "questão social" decorrentes de violência, pobreza, vulnerabilidade social etc.

O CREAS de Paranaguá está localizado na Rua Vieira dos Santos, 445, Centro, Telefone: 41-3420-2928.

Quanto ao ambiente físico, de acordo com a Tipificação de Serviços Socioassistenciais, o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado através da proteção social especial e de média complexidade, deve contar com “espaços destinados à recepção, atendimento

individualizado com privacidade, atividades coletivas e comunitárias, atividades administrativas e espaço de convivência. Acessibilidade de acordo com as normas da ABNT” (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p.20).

O CREAS de Paranaguá possui um espaço físico contendo uma sala para recepção, uma sala de reuniões, uma sala para atendimento do serviço de medidas socioeducativas, uma sala atendimento de psicologia, uma sala para as Assistentes Sociais realizarem os atendimentos, uma sala de coordenação, uma sala para o trabalho da equipe multidisciplinar, uma cozinha e quatro banheiros, apresentando a seguinte configuração organizacional²¹:



O CREAS de Paranaguá está inserido na segunda modalidade e, neste sentido, conta com a seguinte equipe de profissionais: uma coordenadora; dois assistentes sociais 30 horas semanais; uma psicóloga; uma advogada; uma socióloga; uma educadora social; um auxiliar administrativo; um auxiliar de serviços gerais e três estagiárias de serviço social com carga horária de 8 horas semanais.

Apresentaremos a seguir, os principais projetos e programas desenvolvidos pelo CREAS de Paranaguá.

²¹ Organograma feito pela autora.

2.3.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI):

O PAEFI atende famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrentes de: violência física, psicológica, sexual e patrimonial, discriminação através de raça e ou etnia, tráfico de pessoas, abandono, pessoas em situação de rua, vivência do trabalho infantil entre outras situações.

Os principais objetivos deste serviço são: a contribuição para o fortalecimento de vínculos familiares rompidos, a inclusão das famílias nos serviços da rede através de outras políticas públicas, contribuir para a reincidência de violações de direitos e a prevenção de novas reincidências e a contribuição para romper padrões que violam os direitos sociais dentro das famílias.

No geral, meios de atendimento oferecidos pelos PAEFI são através da acolhida, escuta, estudos socioeconômicos, encaminhamento para as diversas redes de atendimento, orientação familiar, orientação judicial, atendimento psicossocial, trabalho interdisciplinar, elaboração de relatório e parecer social, apoio à família estímulos de convivência familiar e grupos, acompanhamento das famílias e indivíduos.

As formas de acesso a este serviço podem se realizadas por demanda espontânea, encaminhamento das demais políticas públicas e de serviços de vigilância e proteção social.

O PAEFI desenvolve um trabalho sócio-assistencial articulado em rede, ou seja, encaminha e recebe encaminhamentos das demais políticas públicas, dos serviços de proteção básica e de alta complexidade, sistema de segurança pública e demais serviços para a garantia de direitos sociais.

2.3.1.2 Serviço Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Este serviço é ofertado a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa determinada judicialmente. Os profissionais realizam acompanhamento contribuindo a reinserção de novos valores na vida do jovem e adolescente, preconizando a observância do ato infracional cometido. Para a realização da medida é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), com a participação

da família e do adolescente. O PIA deve conter perspectivas futuras, e os objetivos a serem alcançados durante a medida. No caso de Prestação de Serviços à Comunidade, possui uma frequência mínima semanal de oito horas e o adolescente deverá prestar serviços gratuitos à entidades governamentais, entidades sociais, escolas, hospitais, que não prejudique seu rendimento escolar e que contribua para o crescimento social e pessoal.

Os usuários destes serviços são adolescentes de 12 a 18 anos e jovens de 18 a 21 anos, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude.

Os principais objetivos são: criar e reconstruir projetos de vida rompendo com os atos infracionais, inserção em outras políticas públicas que favorecem seu crescimento universal, fortalecer a convivência familiar e comunitária, possibilitar o acesso a cultura e o desenvolvimento de suas habilidade.

2.3.1.3 Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Este serviço é ofertado a pessoas com deficiência e idosas que por dependência tiveram sua situação de limitação agravadas por meio de violação de direitos, como: isolamento, confinamento, falta de cuidados, atitudes discriminatórias e pejorativas no âmbito familiar, falta de cuidado do cuidador, sobrecarga resultando em alto nível de estresse do cuidador, entre outras situações que agravam as limitações e autonomia dos indivíduos.

Os principais objetivos são: prover a autonomia das pessoas com deficiência e idosas juntamente com seus cuidadores e suas famílias, desenvolver ações para a extinção de violações de direitos, promover a inserção nos benefícios de transferência de renda, demais políticas públicas e serviços socioassistenciais, a melhoria da qualidade de vida dos usuários, acompanhamento das famílias aos serviços básicos dos cidadãos, como: farmácia, supermercado, banco, e outras situações.

Todos os serviços supracitados estão inseridos na Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004 através da articulação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome juntamente ao Conselho Nacional de Assistência Social (CONANDA), com o intuito de materializar as leis previstas na Constituição Federal de 1988, que na Seção IV regulamenta a Assistência Social por meio do artigo 203,

art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção à integração ao trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (CF, 1988).

Há também, a regulamentação prevista na LOAS, de 7 de Dezembro de 1993, que através do Capítulo I define os objetivos da Assistência Social no país:

art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993).

2.3.2 Principais instrumentais técnico-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais no CREAS de Paranaguá-PR.

Os usuários da PNAS, vinculados ao serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos no qual fomos inseridas para a realização do estágio, possuem seus direitos violados, seja decorrente da violência física, psicológica, sexual, patrimonial, étnicas e homo afetivos ou por dificuldade ao acesso às demais políticas públicas.

Através da nossa inserção ao campo de estágio conseguimos apreender os elementos técnico operativos do Serviço Social e a articulação necessária que o profissional deve realizar com as outras dimensões utilizadas na práxis profissional.

A Observação “implica em um conjunto de reflexões que permite compreender o mundo no qual está inserido; assim, permite uma compreensão diferenciada com a finalidade de superar a fragmentação, com vistas a reconstruir a totalidade” (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p. 24).

Deste modo, a observação sistemática possui um caráter mais aprofundado do que uma simples observação. Ela nos permite visualizar o atual e compreender a situação mais afundo que o real aparente, podendo assim realizar uma intervenção e um estudo qualificado das situações existentes.

Primeiramente, quando o usuário chega ao CREAS é realizada a Abordagem “que é vista como um canal de comunicação com a população como um primeiro contato, o sentido de criar uma possibilidade de ligação entre os diferentes espaços” (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p.24).

A abordagem se destina em saber se o intuito do usuário é realizar uma denúncia. Neste caso, o usuário é encaminhado ao Conselho Tutelar que toma as medidas cabíveis e reencaminha os sujeitos para o CREAS, os quais receberão acompanhamento social.

Quando o usuário deseja relatar uma violação de direitos, seja com ele, com sua família, ou um membro da sociedade civil, é realizado um atendimento social com a Assistente Social. No atendimento social é realizada a entrevista, técnica esta que

é empregada quando se faz necessário entender um pouco mais sobre o usuário, seus questionamentos, queixas, manifestações, objetivando o alcance de determinadas finalidades, com dada direção. [...] poderia mobilizar outras ações profissionais e outros procedimentos. (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p. 25).

Ou seja, a entrevista “é uma técnica de investigação científica que utiliza a comunicação verbal para recolher (obter) informações relativas a determinado objetivo” (PINTO & GRAWITZ²², 1965, apud VIEIRA, 1985, p.174)

O assistente social utiliza o instrumental da entrevista para compreender o que o usuário realmente necessita, quais suas dificuldades e violações de direitos vivenciadas em seu cotidiano e a partir daí estabelecer técnicas para a intervenção. Na entrevista o/a assistente social deve possuir alguns questionamentos importantes em relação ao usuário como: porque, para quê e por quem o profissional está realizando esta técnica. A entrevista pode ser realizada com uma ou duas pessoas com o principal objetivo de compreender as determinadas situações apresentadas.

Outro instrumental utilizado pela assistente social é a realização do acompanhamento através de outros atendimentos sociais e de visitas domiciliares. A visita domiciliar para os Assistentes Sociais devem ser muito discutidas para avaliar a sua real necessidade e os objetivos que levam a sua utilização. É o que dizem Santos, Backx & Guerra (2012):

²² PINTO, R. et GRAWITZ, M. **Les méthodes des sciences sociales**, Salloz, Paris, 1965.

recomenda-se que seja utilizado como uma afirmação de direitos e com muito cuidado, pois significa adentrar no espaço privado das pessoas, das famílias. [...] Portanto, a utilização da visita domiciliar, além de cercada de cuidados relativos à realização em si, também deve ser muito bem justificada e contextualizada. (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p. 27).

Portanto, “se precaver contra preconceitos (ideias estereotipadas de uma situação), pré-noções (ideias generalizadas do problema ou situação) ou ilusão (falta de objetividade da situação) que são juízos anteriores à análise objetiva da realidade” (VIEIRA, 1985, p. 152).

Sendo assim o/a Assistente Social deve ter um objetivo real para realizar a visita domiciliar, pois a visita é uma técnica que o profissional adentra literalmente a vida pessoal e individual dos usuários. É preciso os respeitar como sujeito e a sua bagagem ética, espiritual e cultural, na qual é habituado se sempre priorizando a qualidade de vida para o usuário na ideologia do usuário, pois, muitas vezes nos deparamos com situações em que o melhor para nós não é o melhor a ser realizado para o usuário, o fato de termos um conhecimento da realidade social e fatores econômicos, políticos, que resultam nas expressões da "questão social" não nos dá o direito de dizer o que é “bom” ou “ruim” para o usuário.

Através do acompanhamento social é possível estabelecer um relacionamento em que “a partir dele é possível se estabelecer (ou não) relações mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, de dependência ou autonomia, ou seja, é através do relacionamento que se estabelece ou não essas relações.” (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p. 24). Existem alguns usuários onde há uma aproximação, através do relacionamento, que estabeleceram um forte vínculo com os técnicos, e ao mesmo tempo, de autonomia perante a sociedade, onde o usuário sempre busca um atendimento social para elaboração de suas ações.

No que se refere ao acesso às demais políticas públicas, o/a Assistente Social utiliza o encaminhamento social,

entendido consensualmente não como instrumento, mas, para muitos como uma ação. [...] pelo fato de que o encaminhamento mobilizará vários instrumentos, não é uma ferramenta e também por constar do rol de atribuições profissionais; por outro, pelo real significado de colocar o usuário na rede de serviços. (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p. 27).

O encaminhamento é utilizado para inserir as famílias às políticas de saúde, educação, habitação, assistência social, garantindo os direitos previstos em Constituição Federal²³.

No que se refere as reuniões realizadas no espaço sócio-assistencial com a equipe técnica, tem como objetivo a elaboração dos estudos sociais, em que necessitam a intervenção de toda equipe pelo fato de ser mais complexo, abrangendo mais situações sociais e econômicas que colocam os usuários em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao instrumental da Reunião Santos, Backx & Guerra (2012) explicam que

considera-o instrumento porque socializa interesses que estão em jogo, as relações entre os seus membros, sendo empregado para dar visibilidade e para trabalhar com estas relações de poder, bem como com a socialização de determinadas informações. (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p. 25).

Uma importante atribuição de caráter privativo do/a Assistente Social é a realização dos Pareceres Sociais. “a realização de um estudo social para fins de emissão de parecer social ou relatório social. [...] detalha os aspectos teóricos, éticos e políticos do estudo social, [...] apesar de ser um estudo trata-se de uma intervenção.” (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2012, p. 85).

Em termos de Parecer Social, existe a Resolução do CFESS N° 557/2009 de 15 de setembro de 2009, definindo que

o assistente social é o profissional graduado em Serviço Social, com a habilitação para o exercício da profissão mediante inscrição junto ao Conselho Regional de Serviço Social, tendo suas competências e atribuições privativas previstas na Lei 8662/93, sendo vedado que outro profissional subscreva seu entendimento técnico em matéria de Serviço Social, mesmo considerando a atuação destes em equipe multiprofissional. (CFESS, 2009).

Neste caso, o referido Conselho resolve que

²³ Capítulo II Da Seguridade Social. Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Seção II Da Saúde. Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Seção IV Da Assistência Social. Art.203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Capítulo III Da Educação, Da Cultura e Do Desporto. Seção I Da Educação. Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF, 1988).

art. 1º. A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de SERVIÇO SOCIAL por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social de sua área de atuação, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8662/93 e pressupõem a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético. (CFESS, 2009).

Como observamos acima, a elaboração do Parecer Social é uma atribuição que somente o profissional de Serviço Social deve realizar pois subentende-se que o/a Assistente Social é um profissional para compreender a sociedade em que vivemos, tendo o Código de Ética como o norte para suas ações. Espera-se que o Assistente Social seja um profissional capacitado para a efetivação de um estudo e intervenção social. Sempre é solicitado ao Assistente Social um Parecer Social quando há necessidade de uma intervenção na vida do usuário. Laudos e Pareceres são solicitados principalmente pelo Poder Judiciário e o profissional deve realizar um parecer favorável ou de negação, sempre fundamentado, para determinadas situações, sejam elas para uma crianças que está abrigada retornar para a casa de seus pais, abrigar uma criança que esteja sofrendo abusos físicos e sexuais, entre outros casos.

Também, conseguimos compreender a importância de uma equipe interdisciplinar, como um trabalho em equipe realmente intervém de uma maneira qualificada na vida dos usuários. Uma equipe, desde a coordenação até a recepção, pode alterar a funcionalidade de um equipamento tanto para a qualidade quanto para evitar a precarização do resultado final, cuja expectativa é sempre a garantia dos direitos violados e o enfrentamento as situações de vulnerabilidade social dos usuários.

Outro instrumental importante é a Triagem. Utilizamos muito este instrumental quando recebemos uma denuncia anônima. A partir da denúncia é realizada a coleta de dados sobre o sujeito que demanda atendimento. Se o profissional que realiza a triagem não for capacitado, no momento em que o/a Assistente Social for investigar a situação, pode acontecer de não encontrar o local e, neste caso, o usuário será o maior prejudicado. O profissional que realiza a triagem deve distinguir cada situação e informar os sujeitos da sociedade civil onde e quando realizar uma denúncia.

O período de inserção no estágio é, realmente, muito valioso. É o momento mais importante da vida acadêmica de um aluno, pois somente nessa fase conseguimos encontrar as dificuldades e a precarização do trabalho das Assistentes Sociais, observando como o modo de produção capitalista afeta diretamente a órbita social,

através da exploração da classe trabalhadora, resultando nas expressões da "questão social" que são a matéria prima do trabalho do Assistente Social.

3 Metodologia utilizada para elaboração desta Pesquisa Científica.

Chegamos ao último capítulo desta sucinta pesquisa científica. Percorremos ao longo desta trajetória um caminho de inúmeras descobertas, onde nos aventuramos por caminhos até então desconhecidos, e compreendemos a profundidade e intensidade da exploração que a classe trabalhadora vem sofrendo ao longo das transformações do capitalismo. Buscamos compreender a totalidade²⁴ utilizando como método científico o materialismo histórico dialético, para explicar este método podemos utilizar a concepção de Gil (1999), quando o autor enfatiza que

a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. (GIL, 1999, p. 32).

No que se refere à escolha dos procedimentos metodológicos deste trabalho, utilizamos a metodologia qualitativa, na medida em que a pesquisa qualitativa permite analisar os processos e as relações sociais vividas pelos sujeitos. Neste sentido, Minayo (2015), explica que

a pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares. [...] Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2015, p.21).

Achamos relevante trazer a concepção de Marconi & Lakatos (2006) no que se refere a natureza da pesquisa qualitativa explicam que

na pesquisa qualitativa, primeiramente faz-se a coleta dos dados a fim de poder elaborar a "teoria base", ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um

²⁴ Para Bering & Boschetti (2009) "a totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexos internas, necessárias à sua apreensão. [...] Do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética como causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção." (BERING & BOSCHETTI, p.40-41, 2009).

ou mais constructos. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico. (MARCONI & LAKATOS, 2006, p.272).

Visto isso, explicaremos os principais delineamentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 Principais Delineamentos da Pesquisa.

Para a concretização deste trabalho foi necessário o planejamento de alguns caminhos que deveriam ser percorridos ao longo da trajetória. Deste modo, apontaremos neste item os delineamentos utilizados para a elaboração deste TCC.

A principal fonte para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Realizamos um levantamento dos principais autores do Serviço Social que estudam a Crítica à Economia Política, também, outros autores importantes foram utilizados para elaboração deste trabalho, autores que não fazem parte do Serviço Social, mas que são referência para os estudos sobre o materialismo histórico-dialético. Isto confirma a explicação de Gil (1999) quando afirma que "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." (GIL, 1999, p.65).

Algumas das referências bibliográficas foram utilizadas através de empréstimo na biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, e outros, conforme a indisponibilidade na biblioteca do setor e ao uso contínuo foi necessário um investimento para aquisição particular de determinadas obras importantes.

Utilizamos também a pesquisa documental, explicada por Gil (1999) da seguinte forma:

a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, [...] Existem de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, [...] De outro lado, existem documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 1999, p.66).

No que se refere a pesquisa documental, utilizamos principalmente legislações pertinentes ao tema estudado, bem como, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/93, o Código de Ética do/a Assistente Social, lei nº 8.662/93 entre outras, lembrando que todos estes documentos se encaixam onde

Gil (1999) denominou como documentos de segunda mão que já foram analisados e revisados.

Outro delineamento importante foi o estudo de campo, que segundo Minayo (2015)

permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os "atores" que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2015, p.61).

No estudo de campo, como nosso objeto de estudo são as expressões da "questão social", a pergunta norteadora desta pesquisa é, "quais os desafios do serviço social frente ao aprofundamento das expressões da 'questão social' no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, de Paranaguá-Pr?". Neste caso, fomos ao CREAS perguntar se haveria a possibilidade do/a (s) Assistente Sociais que trabalham nesse equipamento nos concederem uma entrevista pertinente as questões estudadas. Veremos mais a frente as técnicas para coleta de dados, onde retornaremos este assunto. Agora prosseguiremos para os níveis de pesquisa.

3.1.1 Níveis de Pesquisa.

É importante destacar que realizamos uma pesquisa social, entendida como "a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação" (MINAYO, 2015, p.16).

Nesta perspectiva construímos uma pesquisa explicativa, ou seja, aquela que "têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade; porque explica a razão, o porquê das coisas" (GIL, 2006, p.44).

3.1.2 Técnicas para Coleta de Dados.

O primeiro procedimento para a realização da pesquisa de campo foi solicitar o consentimento de uma entrevista junto as Assistentes Sociais que trabalham no CREAS de Paranaguá. Nos dirigimos até o equipamento para uma conversa informal com as Assistentes Sociais do espaço sócio ocupacional. Primeiramente nos apresentamos visto que, com a mudança na Gestão da Política de Assistência no município, as assistentes sociais que trabalhavam naquele equipamento no período do nosso estágio obrigatório I e II, passaram a atuar na gestão da política em Paranaguá, com cargos de secretária de assistência social e diretora da proteção especial.

No que se refere as técnicas utilizadas, desde o período de estágio temos nos utilizado com muita frequência da Observação Sistemática. Para a pesquisa de campo, também nos valemos deste procedimento metodológico, o que entendemos ser fundamental para o processo de investigação social. Minayo (2015) explica que a observação "é feita sobre tudo aquilo que não é dito mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente" (MINAYO, 2015, p.63).

Outra técnica utilizada foi a entrevista com perguntas abertas (Vide Apêndice I) Marconi & Lakatos (2006) explicam que a entrevista "tem um objetivo, ou seja, a obtenção de informações importantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas" (MARCONI & LAKATOS, 2006, p.278).

Deste modo elaboramos perguntas que pudessem contribuir com o tema proposto e que apontassem quais são os desafios do serviço social frente ao aprofundamento das expressões da "questão social" existentes no CREAS de Paranaguá. Lembrando que foram elaboradas perguntas abertas de forma que os entrevistados pudessem "falar livremente sobre o tema [...] buscando dar mais profundidade às reflexões" (MINAYO, 2015, p.64). A opção metodológica pela entrevista com perguntas abertas se deu em função de que a expectativa era que as profissionais pudessem desenvolver mais suas explicações conforme as perguntas estavam sendo feitas. Entretanto, foi tomado um cuidado especial para que as perguntas não induzissem as assistentes sociais a uma resposta desejada pelo entrevistador.

Inicialmente, optamos por entrevistar cinco (5) assistentes sociais, porém, uma das profissionais estava em licença médica, inviabilizando nosso contato.

Contudo, durante o decorrer do processo uma das assistentes sociais desistiu de realizar as entrevistas alegando não ter um horário disponível para responder as

perguntas, restando apenas três (3) entrevistas. Entretanto, no decorrer do processo conseguimos realizar uma entrevista com outra assistente social que trabalha indiretamente com o CREAS. Entrevistamos, portanto, quatro profissionais direta ou indiretamente atuantes no CREAS de Paranaguá.

Foi realizada entrevista *face a face* com três (3) assistentes sociais, para a qual fizemos uso de gravador para coletar as informações, mediante autorização das mesmas. Apenas uma das profissionais solicitou responder as perguntas de forma manuscrita, e depois de alguns dias retornamos ao CREAS para devolução das perguntas devidamente respondidas.

3.2 Análise dos dados obtidos através das entrevistas obtidas com as assistentes sociais do CREAS acerca do objeto de estudo.

Os dados foram coletados com 4 (quatro) assistentes sociais, três delas já formadas em ensino presencial com mais de quatro (4) anos de formação, apenas uma delas cursa Serviço Social com modalidade de ensino à distância (EaD), três (3) das profissionais já atuam no CREAS há mais de dois (2) anos, apenas uma delas atua há menos de um (1) ano.

Para que os dados das entrevistas continuassem em sigilo, preferimos utilizar a seguinte codificação: AS-1, AS-2, AS-3 e AS-4, para facilitar a análise e a compreensão do leitor, analisamos os dados de acordo com o roteiro da entrevista já elaborado (Vide Apêndice 2). Prosseguiremos agora para mais um desafio deste trabalho, a interpretação e análise das entrevistas.

3.2.1 Análise dos dados coletados

3.2.1.1 O Serviço Social e o CREAS de Paranaguá

Ao longo deste trabalho fizemos um exercício para compreender a profissão em sua trajetória histórica, política e social, e como ela se insere no modo de produção capitalista. Deste modo, iniciamos as entrevistas com as assistentes sociais questionando qual a concepção delas a respeito do serviço social contemporâneo, e elas responderam que:

o papel do serviço social hoje é de fundamental importância e é inovador, principalmente pelas diversas expressões da "questão social" que se apresentam no cotidiano da prática profissional bem como a questão política e econômica que o país vive neste momento. É um momento muito difícil para trabalharmos, de grandes impasses e grandes dúvidas com relação à área da política de assistência social. (AS-1).

atualmente o serviço social é um serviço com muita dificuldade para a gente fazer, porque ainda há aquela concepção de que você está fazendo uma política que ainda não é política pública [...] que é a política usada antigamente, que é a política da cesta básica, como a gente diz, [...] então acredito aqui na minha concepção que é a dificuldade que as pessoas tendem a ver a assistência social ou o serviço social num todo, o serviço social para o povo e não para algumas pessoas, e não em épocas, porque é em determinadas épocas que as pessoas acham que o serviço social funciona, não, o nosso trabalho é cotidiano, nosso trabalho é a todo momento e em todo lugar. (AS-2).

a gente trabalha para que nossa profissão não tenha que existir [...] claro que ao longo prazo, [...] enquanto a gente viver provavelmente vão existir assistentes sociais e o serviço social mas ao longo prazo a gente trabalha para que não exista mais nossa profissão, não seja necessário justamente por trabalhar essas expressões da "questão social", então a gente trabalha para que essas situações sejam amenizadas, não tenham mais esse conflito, essa luta de classes. (AS-3).

é os ganhos por ser extremamente propositivo, tanto na prestação de serviços e na execução das ações. (AS-4).

Como vimos acima, as assistentes sociais AS-1 e a AS-3, apontaram como objeto de intervenção da profissão as expressões da "questão social", entretanto, a AS-1 também aponta o conflito político e econômico que o país vive atualmente e que isto pode afetar diretamente o desenvolvimento e a materialização dos direitos que são previsto através na legislação profissional.

Chama a atenção que a profissional AS-3 tenha a expectativa de que um dia o Serviço Social não seja mais necessário, o que nos permite interpretar que ela acredita no “fim” das expressões da “questão social”. Consideramos esta expectativa um tanto messiânica pois ela não esclarece se isto ocorreria com a superação do modo de produção capitalista. OU seja, entendemos que o desafio não é a eliminação de expressões da “questão social”, mas sim a superação da sociedade de classes.

E é justamente esse o nosso desafio profissional, pois vivemos a intenção de ruptura assim como Netto (2005) ²⁵ afirma, ou seja, é dever da categoria profissional

²⁵ A autora traz uma citação sobre a intenção de ruptura no item 2.2 p.66 deste trabalho.

repassar o conhecimento sobre a economia política e quem sabe um dia possamos transcender para um sistema político, econômico e social mais justo e igualitário.

No entanto, as AS-2 e AS-4, não conseguem através de suas falas, trazer a concepção do processo histórico, político, econômico e social, que a profissão percorreu ao longo deste lapso temporal, e que ainda vive na contemporaneidade com a intenção de ruptura. Também analisamos que ficou uma lacuna nas respostas dessas profissionais, pois elas não mencionam o objeto de intervenção do serviço as expressões da "questão social", percebemos nas falas que as assistentes sociais situam a categoria profissional apenas na prática profissional sem apresentar uma perspectiva crítica para o serviço social.

No decorrer da entrevista, quando questionamos as assistentes sociais sobre os principais objetivos do serviço social dentro do CREAS elas apontam que:

tem papel fundamental, no rompimento das situações de violência que se apresentam, então, nossa função nosso papel eu penso e avalio e a teoria também nos traz, é você tentar viabilizar maneiras de fazer com que o usuário rompa com a situação de violência vivenciada dentro dos lares, né, dentro do seu cotidiano. (AS-1).

o principal objetivo é que as pessoas saiam do CREAS com uma resposta ao que elas estão precisando sabe? Quando as pessoas vão até o CREAS ou a algum outro equipamento, eu espero e a gente espera que elas tenham retorno, que elas saiam de lá com a certeza de que elas conseguiram o que estavam esperando. (AS-2).

é fazer o atendimento, o acolhimento com as famílias, fazer o encaminhamento, né, depois da escuta qualificada da avaliação da situação que só o assistente social tem o conhecimento necessário para poder avaliar essa situação e poder fazer o encaminhamento necessários, é basicamente esses, fazer o acolhimento da família e fazer a articulação com a equipe e com a rede. (AS-3).

o acolhimento (escuta qualificada) com o intuito que indivíduo seja capaz de entender sua fragilidade e entender que é sujeito de direitos. (AS-4).

Estas falas nos remetem ao que Iamamoto & Carvalho (2014) explicam que "o assistente social é chamado a constituir-se no a gente institucional de 'linha de frente' nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmo serviços" (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p.121), ou seja, as falas resumem a profissão ao campo do instrumental técnico-operativo, quando respondem que o principal objetivo do Serviço Social dentro do CREAS é fazer os encaminhamentos, o acolhimento familiar, e não há um

posicionamento crítico sobre as mediações necessárias que o/a assistente social deve realizar no âmbito profissional.

Entendemos que os principais objetivos do serviço social são a materialização dos direitos sociais e trabalhistas, e em tempos de retomada do neoliberalismo, devemos não só lutar pela ampliação destes direitos, mas também devemos lutar para assegurar os direitos que foram duramente conquistados.

Vejam bem! Não estou dizendo que os encaminhamentos não fazem parte dos instrumentais técnico-operativos do serviço social, e muito menos que os encaminhamentos não são importantes. Mas, penso que devemos sempre estar atentos para as manobras do capitalismo em desregulamentar o Estado, e impor retrocessos que estamos vendo à luz do dia. Deste modo, a categoria profissional deve sempre fazer uma análise crítica dos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais que cercam a profissão.

No pergunta número 3, questionamos como elas avaliam a atuação do serviço social no CREAS e respostas foram as seguintes:

eu avalio que o serviço social dentro do CREAS de Paranaguá ele evoluiu muito [...] hoje nós temos a documentação adequada, o registro da situação de atendimento [...], registrado de maneira correta, o histórico de atendimento que antes não tinha, então na realidade foi um avanço né, que o serviço constituiu no decorrer dos anos. O que dificulta mesmo é a fragilidade da rede, alguns serviços que o CREAS e o serviço social ele tem um papel importante na questão do encaminhamento [...] as vezes você tem serviços de saúde que faltam ou a rede é muito fragilizada. Então é um grande desafio para o serviço social do CREAS de Paranaguá. (AS-1).

avalio muito positivamente, [...] é uma equipe que trabalha são profissionais capacitados, nós temos a coordenadora que é psicóloga, assistentes sociais e as educadoras sociais, que elas tem uma visão e estão fazendo um papel fundamental dentro do equipamento e na abordagem, até mais acolhedor com o munícipe com quem de fato está precisando. (AS-2).

avalio como positiva porque a gente tem profissionais comprometidos [...] e esforçados, sabe, estão alinhados dentro do que a profissão exige, dentro do que a própria Política de Assistencial Social determina. (AS-3).

o serviço social atua na viabilização de direitos, mas a avaliação positiva em relação ao CREAS é o trabalho conjunto com outros profissionais. (AS-4).

As assistentes sociais pontuam que o serviço social avançou muito no CREAS de acordo com a qualificação dos profissionais que atuam neste espaço sócio-assistencial. Salientam também, que os instrumentais técnico-operativos contribuem

para a atuação profissional, visto que possuem todo o histórico dos usuários arquivados de maneira precisa.

Contudo, o discurso ficou centrado no aspecto técnico da profissão, nos remetendo ao alerta realizado por Iamamoto (2014) quando afirma que

a prática é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços - o "cliente" -, com frágil conhecimento das expressões da *questão social* e das políticas sociais correspondentes. Essa visão a-histórica tende a subestimar o rigor teórico-metodológico na análise e da profissão. [...] Um profissional que, aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. [...] reduzido a um mero "tecnico", delegando aos outros [...] a tarefa de pensar a sociedade. (IAMAMOTO, 2014, p.28).

Come este posicionamento o assistente social tem que tomar o cuidado de não reduzir a sua rica atuação profissional a uma prática mais tecnicista do que social, obscurecendo o fato de que o CREAS é uma mediação e não um fim em si mesmo. Deste modo, as profissionais em suas falas não se lembraram de pontuar que a atuação do serviço social neste espaço sócio-assistencial é a materialização dos direitos sociais e o enfrentamento as expressões da "questão social".

Aproveitamos a oportunidade para, na pergunta 4, questioná-las sobre qual a avaliação delas a respeito da atual Política Nacional de Assistência Social no Brasil e elas responderam que

bom, a minha avaliação é que a política nacional evoluiu muito né, hoje nós temos uma política pública, que antes nós não tínhamos, então assim, hoje nós estamos avançando muito, só que muitos desafios se colocam, que ela é uma política nova, é tudo muito novo, mas eu avalio que ela, que nós, construímos muito, mas temos muito a caminhar ainda. (AS-1)

olha, eu faço uma avaliação que ainda não está de acordo como a gente sonha, mas avançou muito, bastante e melhorou muito, né, hoje, a gente consegue, enfim, ser ouvida e atingir alguns objetivos, muitas vezes embora não é com a velocidade que a gente quer e almeja, mas é em alguns momentos a gente que consegue avançar sim, né, mas ainda tem que ter a parceria com os outros equipamentos, a rede tem que funcionar, que a gente sabe que muitas vezes a rede é falha e existem déficit mas a gente continua tentando. (AS-2).

eu avalio como positiva, eu acho assim, que a gente trabalha numa perspectiva mais de empoderamento das pessoas, das famílias, é muito interessante romper com o assistencialismo, eu vejo assim dessa forma, ela rompe com isso, deixa bem claro esta questão da doação que não é nossa, ela está bem delimitada, é bem tranquila a gente seguir ela e trabalhar com ela, mas as vezes a gente tem essa dificuldade da delimitação justamente pelos

outros atores da rede, do sistema da garantia de direitos desconhecer a política. (AS-3).

vejo que focamos muito nos mínimos sociais. (AS-4).

Como visto acima, as assistentes sociais destacam que a PNAS é uma política recente e que possui desafios, dentre eles a articulação com a rede para materializar os direitos sociais dos usuários. Dentre os seus desafios, consideramos que as profissionais fazem uma avaliação clara e satisfatória no que se refere a PNAS, pontuando que a política tem sua atenção voltada para os mínimos sociais, e que possibilita o “empoderamento” da classe trabalhadora.

Entretanto a profissional AS-4 fala no foco em mínimos sociais, é preciso estar atento para não cair na armadilha dos interesses dos capitalistas, visto que, segundo Pereira (2006) os mínimos sociais

é fruto secular das sociedades divididas em classes - sejam elas escravistas, feudais ou capitalistas -, a provisão de mínimos sociais, como sinônimo de mínimos de subsistência, sempre fez parte da pauta de regulações desses diferentes modos de produção, assumindo preponderantemente a forma de uma resposta isolada e emergencial aos efeitos da pobreza extrema. (PEREIRA, 2006, p.15).

Deste modo, o profissional deve buscar a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas previstas nas legislações realizadas pelo Estado, por mais que os direitos conquistados foram mediante a luta da classe trabalhadora, o Estado é mediador de interesses das classes antagônicas existentes, e a balança do Estado penderá sempre para os interesses dos capitalistas, impondo sempre para a classe trabalhadora os mínimos sociais para que o proletariado consiga suprir seus meios de subsistência.

Visto isso, quando o serviço social passa a se inserir nas discussões do campo teórico marxista, que põem como ponto de análise o materialismo histórico dialético, percebemos que a desigualdade social existente na sociedade deriva na contradição que emerge da exploração das relações sociais de produção inerente ao capitalismo.

Dando continuidade a entrevista, na pergunta 5 questionamos quais os principais instrumentais técnico-operativos utilizados pelo serviço social no CREAS, e as entrevistadas apontam que:

hoje nós estamos caminhando para um sistema caseiro de informações né, digamos assim, os principais instrumentais que nós utilizamos é a ficha social né, que nós já temos um programinha, um sistema que nós alimentamos

cotidianamente né, de acordo com a intervenção que nós realizamos, ela é o principal instrumental. (AS-1).

A profissional AS-2 preferiu pular esta questão, visto que não possuía nenhum material em mãos que a auxiliassem na resposta desta pergunta.

A entrevistada AS-3 afirma que

no geral, não só específicos são a visita domiciliar, o atendimento individualizado, o atendimento em famílias, o relatório social, o registro na ficha de atendimento que cada família vai ter seu registro de atendimento social. (AS-3).

E, a entrevistada 4 aponta os seguintes instrumentais:

reunião, escuta qualificada, fichas, registros, acompanhamento, visitas e relatórios. (AS-4).

Percebemos então, que as falas das assistentes sociais confirmam os instrumentais que foram explicados no item 2.3.2, p. 73-78, deste trabalho, quando apresentamos que os principais instrumentais utilizados pelas profissionais que atuam no CREAS, são: o acompanhamento e a entrevista. A partir das respostas, ampliamos a visão sobre a instrumentalidade profissional, a partir da afirmação de que a ficha social é um instrumental eficiente, pois, contem o histórico com mais informações a respeito dos usuários. Além disto, as assistentes sociais AS-3 e a AS-4, indicam o relatório social como um dos instrumentais utilizados dentro do CREAS, pois o parecer social ou relatório social é uma atribuição privativa dos assistentes sociais. Aqui, vale a lembrança da Resolução do CFESS 557/2009 de 15 de setembro de 2009, quando enfatiza que o assistente social é um profissional que tem um compromisso ético-político e teórico-metodológico que garantem a autonomia profissional para realização deste trabalho.

3.2.1.2 Modo de Produção capitalista, serviço social e as expressões da “questão social” no CREAS de Paranaguá

Durante a entrevista, na pergunta número 6 questionamos as profissionais sobre a relação entre o serviço social e a "questão social" e elas explicam que:

(silêncio) é uma relação intrínseca, então (pausa), o serviço social tem enquanto atribuição trabalhar nas interfaces da "questão social" e é posto ao profissional do serviço social dentro do seu código de ética. Então é nossa responsabilidade lidar com a "questão social" e suas expressões. (AS-1).

o serviço social e a "questão social" é uma linha muito tênue, porque no serviço social nós temos a nossas normativas, né, que fundamentam nosso trabalho e as nossas leis que fundamentam nosso trabalho, só que a "questão social" é muito abrangente é muito maior, [...] **então eu acho que esta relação não está muito certa**, porque não é do jeito que a gente pensa que é as situações ou a resolução de cada problema. (AS-2). (grifo nosso).²⁶

está totalmente relacionada, porque o serviço social já tem a ver diretamente com a "questão social" [...] em virtude dessa grande desigualdade proveniente deste mundo capitalista [...] e o serviço social acaba sendo no Brasil, eu acredito assim, pela forma como a Política Nacional de Assistência foi construída, os equipamentos que foram planejados para executar as ações ele deu uma força muito grande para o serviço social, né, porque por exemplo, hoje em dia, se não fosse a Política de Assistência, feito do jeito que é, não fosse previsto CRAS e CREAS, previsto todos esses equipamentos seria muito menor a demanda dos profissionais, **então até me preocupa se muda o governo e resolve que vai mudar a política, a forma como a política é conduzida [...] o que vai ser dos nossos equipamentos né, que a gente vê que faz a diferença, que a gente vê que realmente consegue atender as famílias dentro do que a gente espera [...] eu acho que tem atendido a necessidade da população.** (AS-3) (grifo nosso).

lidar com as carências materiais e principalmente intelectuais que a necessidade de evolução nestas áreas. (AS-4)

De acordo com os relatos, entendemos que as entrevistadas não demonstraram lembrar que o conjunto da categoria profissional luta por uma sociedade mais justa e igualitária, situando sua intervenção nas expressões da "questão social". Foi dito, inclusive, que a relação entre o Serviço Social e a “questão social” não está “muito certa” ou ainda, que reduz a profissão a "lidar com as carências materiais e [...] intelectuais". Ou seja, não percebem a assertiva de Iamamoto (2014) quando explica que "o serviço social tem na 'questão social' a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho" (IAMAMOTO, 2014, p.163). Entendemos que estes apontamentos não levam em conta os pressupostos mais críticos em relação à profissão e as contradições existentes no âmbito da economia política que explica a exploração capital x trabalho.

Percebemos então, que apesar de a profissional AS-1 ter demonstrado uma incorporação maior da perspectiva crítica do serviço social e do Código de Ética da

²⁶ Para melhor compreensão da intenção de ruptura analisada por José Paulo Netto, vide páginas 66 deste trabalho.

profissão, no conjunto das respostas permanecem algumas lacunas em relação a compreensão ampliada da “questão social”, visto que referido Código de Ética reforça e garante a autonomia profissional na luta pelos interesses da classe trabalhadora, ou seja, o Código representa

a materialização do Projeto Ético-Político profissional construído nos últimos 30 anos no seio da categoria, haja vista que formulados para dar sustentação legal ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, mas que não se restringem a essa dimensão. Pelo contrário, fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista. (Brasil, 2012, p.14)

Neste sentido, a fala da assistente social AS-3 é bastante assertiva quando apresenta as expressões da “questão social” como objeto de intervenção do Serviço Social e as relações sociais no modo de produção capitalista como (re) produtoras das expressões da "questão social". Contudo, percebemos que a profissional, exagera ao colocar a PNAS no centro das possibilidades profissionais. Acreditamos que a luta do Serviço Social é histórica, portanto, muito mais ampla. A categoria busca pela ampliação de direitos sociais e a consolidação de uma sociedade mais justa, com uma progressiva redução das desigualdades sociais e da pobreza.

Não podemos deixar de enfatizar a colocação da AS-3, quando aponta para o momento delicado do atual cenário político, ainda que não aponte explicitamente para a política econômica neoliberal. Reafirmamos a preocupação da entrevistada, visto que os cortes orçamentários podem suprimir recursos para a Política de Seguridade Social, causando maiores retrocessos à classe trabalhadora.

Na pergunta seguinte, a de número 7, aproveitamos para questionar as assistentes sociais como o modo de produção capitalista pode incidir nas expressões da "questão social" e no serviço social contemporâneo, e elas responderam que:

o modo de produção capitalista incide drasticamente nas expressões da "questão social" e na prática do assistente social também, na verdade nós estamos dentro desta máquina de produção capitalista e de certa forma alimentando-a. (AS-1).

o modo de produção capitalista ele pode mesmo, ele tem peso na "questão social", é..., estava conversando sobre isso ontem no Centro POP [...], nós até recebemos um papel aqui que algumas pessoas, vizinhos estão pedindo que o Centro POP se mude daquele local, então é assim, [...] sabe que o problema existe mais eu não quero vê-lo e aí sim eles usam esta forma capitalista, há porque eu tenho empresa, porque eles não podem ficar na frente da minha

casa, porque eles estão atrapalhando o meu comércio, então com isso eles buscam e fazem de tudo para colocar essa população que já está a margem um pouco mais pra lá. É aí essa questão capitalista predomina mesmo. (AS-2).

assim, a gente está vivendo hoje que só me vem a cabeça o atual cenário político, então por exemplo assim, a gente está num momento que a gente está arriscando perder muitos avanços que foram construídos principalmente para a classe trabalhadora [...] e tem algumas coisas que estão tramitando que vem para favorecer o mercado né, favorecer os detentores dos meios de produção e para acumular mais capital, então assim a gente vive refém sempre, independente da situação política que tá hoje ou que estava ontem, a gente vive refém das grandes empresas do monopólios e eles acabam mandando e conduzindo né, o nosso país, [...] a gente acaba sendo pacífico e o serviço social como já falei tem muito dessa articulação né, [...] a gente tem esse conhecimento de tentar articular com as demais profissões e com os demais atores, para poder tentar um pouco modificar essa situação, tentar pelo menos fazer as pessoas se perceberem nessa situação, da questão da mais-valia, eu acho uma coisa muito legal, e sempre que eu posso eu explico isso para as pessoas né, para elas perceberem né o lucro, [...] porque as empresas tem que ter lucro né, porque a gente não pode produzir uma coisa e todo mundo ser semelhante né, ter um padrão de vida legal, todo mundo, e não uma pessoa acumular muito e outra acumular pouco. (AS-3).

o modo de produção capitalista incide diretamente já que é a forma que é produzida e dividida se dá a desigualdade social. (AS-4)

Diante das respostas, podemos analisar que as repostas da AS-2 e AS-4 apresentam uma visão reducionista sobre a incidência do modo de produção capitalista para a produção e reprodução da “questão social”. A AS-4, por exemplo, traz um apontamento muito sintético a respeito da grandeza e da profundidade do MPC.

Mesmo nas outras respostas, percebemos que as profissionais não aprofundaram as formas como o MPC atua diretamente nas expressões da "questão social". Lembre-se neste caso, a afirmativa de Netto & Braz (2012): "a prova cabal da vigência dessa lei geral da acumulação capitalista, [...], está no próprio debate sobre a chamada 'questão social' engendrada pelo capitalismo". (NETTO & BRAZ, 2012, p.152).

Talvez, tenha faltado as profissionais incorporarem em suas respostas uma concepção mais crítica do modo de produção capitalista, nos moldes analisados por Netto (2011) que explica que "não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que compõem na constituição e no envolver do capitalismo". (NETTO, 2011, p.17).

Desse modo, analisamos que as assistentes sociais podem ter se apropriado do atual projeto hegemônico da profissão, mas não deixam isto explícito em suas falas.

Atualmente, por mais que nosso grande empregador seja o Estado e depois as instituições privadas, a categoria profissional procura trabalhar para a superação da visão capitalista. Por isto, devemos lutar para que a nossa atuação e intervenção profissional contrarie os interesses da classe dominante, visto que lutamos por uma sociedade mais justa e igualitária.

Percebemos na fala da AS-3 tanto no que se refere a articulação que a profissional faz entre o capitalismo e as expressões da “questão social” quanto na sua reflexão sobre o atual cenário político, uma apropriação mais afinada da perspectiva crítica, com o neoliberalismo batendo à porta, desejando aniquilar todos os avanços que a classe trabalhadora conquistou ao longo dos anos. Concordamos plenamente com a fala da profissional quando afirma que a exploração no modo de produção capitalista ocorre a partir da mais-valia e a questão do lucro, visto que estas duas categorias são engendradas pelo MPC através da reprodução ampliada do capital.

Também é interessante destacar que a AS-4 repassa esse conhecimento para os usuários que são atendidos pelo CREAS e para os demais profissionais, situando sua intervenção profissional no âmbito histórico-crítico do serviço social.

Perguntamos também, como as assistentes sociais percebem a articulação da PNAS e as expressões da "questão social". Elas analisam que:

a partir do momento que nós temos uma política garantida, né, de maneira efetiva dentro da legislação então ela tende a caminhar para..., é, as expressões da "questão social", no entanto, até por conta do modo capitalista de produção nós sabemos que não haverá uma maneira de serem sanadas estas expressões, e a PNAS, ela caminha para minimização destas expressões. (AS-1).

a atual Política e estas expressões da "questão social" a gente consegue eu acho, que cada um vai se aplicando dentro da sua região, dentro da sua comunidade, na cidade, portanto no país. Aqui em Paranaguá, conforme eu falei eu estou conversando com a população para ter este entendimento, **que eu sei é o direito de ir e vir**, porém nós também temos que ver o outro lado né, então a Política atual de assistência social, lógico ela avançou, mas a gente ainda acha essas falhas, mas como é uma política nova, a gente ainda está moldando, ainda está conversando, e a gente está tentando acertar dentro de cada política. (AS-2).

acho que está bem articulada sim, a Política Nacional está articulada com a questão da vulnerabilidade social, que é uma das expressões da "questão social", pobreza, a questão do abuso e exploração sexual infanto-juvenil, pessoas morando em situação de risco [...], é, eu percebo que é bem

articulado a Política Nacional [...] é bem conectado com as expressões da "questão social" que a gente percebe que tem maior relevância que a nossa sociedade possa se desenvolver de forma mais otimizada. (AS-3).

assegurar a assistência social e acesso as demais políticas públicas. (AS-4).

Analizamos nas falas da AS-1 e AS-3, que as profissionais percebem que a Política Nacional de Assistência Social surge para materializar direitos sociais. Contudo, a Política Nacional, conforme a AS-1 aponta, não consegue sanar as expressões da "questão social", principalmente a pobreza e a desigualdade social. Então, podemos afirmar que as políticas sociais são mediações do Estado para que o conflito de interesses do capitalismo e da classe trabalhadora não alcancem o ápice, e que a classe trabalhadora se conforme com o que foi "concedido", assim como Montañó (2009) aponta que

essas políticas sociais [...] se constituem em instrumentos privilegiados de redução de conflitos, já que contêm conquistas populares, sendo travestidas de concessões do Estado e/ou empresa. [...] o Estado concede benefícios à população carente em troca de que esta última aceite a legitimidade do primeiro. (MONTAÑO, 2009, p.41)

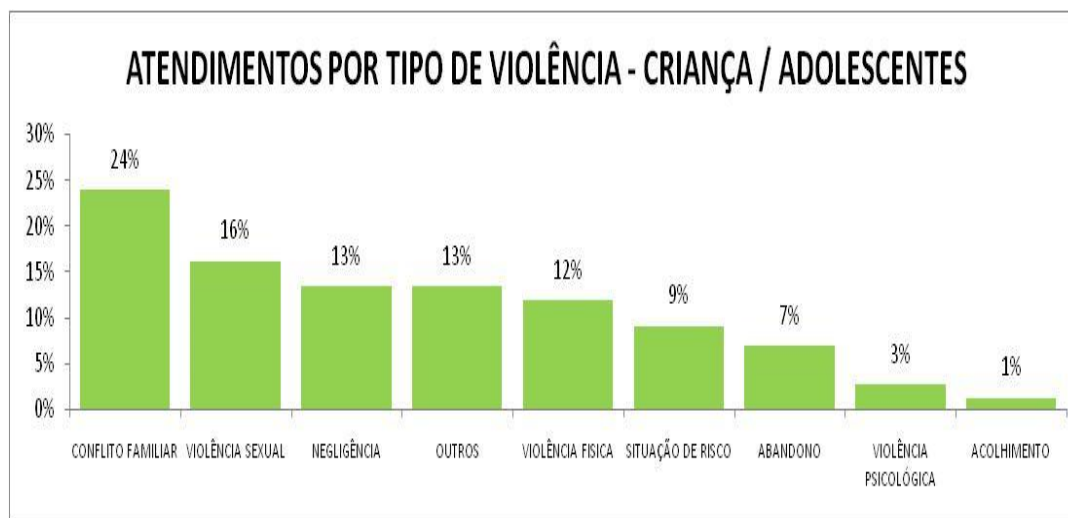
Na fala da assistente social AS-2, percebemos a compreensão a respeito da descentralização político-administrativa, quando ela explica que em cada região existe uma particularidade, e que, conforme cada particularidade a Política Nacional de Assistência Social vai atender expressões da "questão social" que se apresentam com maiores indícios na região. Também aponta para a necessidade de participação da população, o que é importante visto que devemos repassar as informações a respeito de seus direitos e viabilizar o acesso da população nos espaços de discussão e formulação das políticas.

E a fala na AS-4, deixa claro que a profissional percebe a articulação que a PNAS faz com as demais políticas para a garantia dos direitos sociais, ou seja, para garantirmos a matricialidade sócio familiar, a minimização dos índices de violência, a minimização e/ou extinção das taxas de pobreza absoluta, enfim, a PNAS tem que trabalhar intersetorialmente articulando um trabalho em rede sócioassistencial.

No decorrer das entrevistas, perguntamos quais são as expressões da "questão social" mais atendidas no CREAS, e as assistentes sociais nos dizem que:

violência intra-familiar e violência doméstica. (AS-1).

Já a assistente social AS-2, para responder esta questão apresenta um gráfico que revela quais tipos de violência são mais atendidas no CREAS, vejamos



Já a AS-3 diz que é
é a violência. (AS-3).

E a AS-4 explica que

lidamos onde se materializam a violência. (AS-4).

Todas as assistentes sociais entrevistadas percebem que, na atualidade, a violência representa a expressão da "questão social" mais atendida no CREAS. O gráfico acima confirma que doméstica a partir de conflitos familiares é a mais presente dentre as inúmeras modalidades de violência social, representando 24% dos atendimentos prestados pelo CREAS de Paranaguá.

Uma das perguntas relacionadas ao serviço social e ao CREAS foi a de número 10, quando perguntamos sobre a importância do serviço social para os usuários do CREAS, e elas apontam que:

o serviço social até por conta da escuta qualificada ser feita primeiramente por assistente social ele torna-se referência para os usuário, então, o papel da assistente social é fundamental, porque ele acaba fazendo com que ele é a ponte entre o usuário e a equipe multiprofissional que atua e a rede. (AS-1).

é uma importância imensa porque eles têm um respaldo dos seus direitos garantido, [...] em muitos momentos a gente não consegue ter esse direito,

dar esse direito que é obrigado a eles, [...] temos uma equipe muito comprometida, tem a certeza que a gente vai tentar. (AS-2).

o serviço social do CREAS é quem vai fazer o primeiro atendimento [...] e a gente tem que estar pronto porque a pessoa vem com alguns problemas e a gente tem que ter calma para ouvir para entender porque as vezes eles vem com uma queixa [...] mas na verdade é outra coisa que eles estão precisando [...] tem que ter calma de saber que a pessoa precisa de ajuda e a gente tem que dar um respaldo [...] alguma resposta de alguma forma mesmo que a gente não resolva este problema, porque não é para isso que a gente está lá, mas alguma resposta algum encaminhamento a gente tem que dar para família. (AS-3).

viabilização de direitos e empoderar cidadãos. (AS-4).

Percebemos nas respostas acima, que a importância do serviço social para os usuários, na ótica das profissionais que atuam neste espaço sócio-assistencial é o atendimento e a articulação com a dimensão técnico-operativa que o assistente social realiza. As entrevistadas pontuam que o serviço social é importante devido a escuta qualificada, os encaminhamentos realizados, e algumas respostas caracterizam o serviço social como uma ponte entre a rede e a equipe interdisciplinar.

3.2.1.3 Desafios e Avanços para a “questão social” no CREAS de Paranaguá.

Perguntamos também, quais eram os principais desafios para a "questão social" no CREAS de Paranaguá . Obtivemos as seguintes respostas:

o grande desafio para o CREAS e para todas as políticas atualmente é a questão da dependência química, porque é ela dentre estatisticamente é um dos principais fatores que impulsionam as situações de violência vivenciada pelos nossos usuários, então e penso que é o grande desafio para assistência, para saúde, pra educação é este. (AS-1).

assim, o desafio, como eu te falei é diminuir a violência contra os idosos, e no caso das mulheres que a gente sabe que há um número maior, não que aumente mais que ela tenha uma coragem e tenham um respaldo para ir fazer a queixa, para ir buscar este atendimento e assim pra gente diminuir essa angustia, esta dificuldade porque elas passam , sabe, as mulheres precisam, até de um olhar diferenciado porque os idosos geralmente vem assim, os vizinhos ficam com pena, a neta vai lá e faz a denuncia, mas no caso da mulher o casal dificilmente, as pessoas querem se intrometer querem se envolver porque eles acham, primeiro não vai dar em nada, então você tem que ter esses outros olhares, você tem que oportunizar essas pessoas para elas se questionarem e para elas criarem coragem, e também tem que dar o respaldo porque ela tem a coragem vai lá e daí o que vai acontecer então, eu acho que é um desafio a gente dar esse respaldo para as pessoas que estão com dificuldade. (AS-2).

os desafios são realmente concretizar tudo o que a gente poderia estar fazendo né, então assim, as orientações do CREAS elas são muito claras, são muito legais, são muito boas, mas realmente pra gente poder concretizar essa situação a gente ainda tem essa dificuldade com os demais equipamentos de esclarecer o papel e fazer realmente cumprir os encaminhamentos que a gente faz, por exemplo, se uma família precisa de um atendimento na acessoria jurídica, na defensoria pública, não são todos os casos que a defensoria pública vai atender, tem algumas coisas que são bem difíceis em tudo que se refere a encaminhamentos. (AS-3).

a intervenção e o trabalho com a rede. (AS-4).

Percebemos que o principal desafio para as assistentes sociais se enquadram na dimensão técnico-operativa da profissão, quando apontam para a dificuldade da rede sócio-assistencial compreender os encaminhamentos realizados. As profissionais explicam também, a dificuldade de formular estratégias para a intervenção nas situações de dependência química que resultam em casos de violência e em situações de violência que os usuários enfrentam no seu cotidiano.

Contudo, nenhuma das profissionais atestam que o desafio para o trabalho junto as expressões da "questão social" é a manutenção da reprodução ampliada do capital, e que, conforme o capitalismo se renova há na mesma linha direta o aprofundamento das expressões da "questão social". A vertente ideológica do capitalismo, o neoliberalismo, incide diretamente nas expressões da "questão social", assim como Iamamoto (2014) explica que

na busca incessante e ilimitada do aumento exponencial da riqueza quantitativa - o crescimento do valor pelo valor -, os investimentos financeiros tornam a relação social do capital com o trabalho aparentemente invisível. Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos de propriedade, dependem de um lugar no mercado (cada dia mais restritivo e seletivo) para produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem as desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais, potenciados pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico. (IAMAMOTO, 2014, p.21).

A autora afirma que o capitalismo imperialista busca por uma ampliação permanente do capital. Esta busca por superlucros resulta na mais-valia relativa, pois o capitalismo busca intensificar a exploração da força de trabalho, visto que, a classe trabalhadora só possui esta mercadoria para prover seus meios de subsistência. Para piorar, a ideologia neoliberal surge com suas imposições de flexibilizar as relações de

trabalho, desregulamentar o Estado, e ainda tem a audácia de dizer que não nos "esforçamos o suficiente" para conquistarmos melhorias na vida social, impondo a supremacia da meritocracia como critério de desigualdade. Enfim, a tragédia que o capitalismo impõe à classe trabalhadora é insuprimível e inesgotável, visto que este sistema econômico provoca a exponenciação das expressões da "questão social".

E por fim, na pergunta de número 12, perguntamos quais os avanços para a "questão social" no CREAS. As entrevistadas explicam que:

os principais avanços são a garantia dos serviços apresentados né, então nós sabemos e as leis nos trazem né, o que é direito dos usuários e que isto é um grande avanço, no entanto nós temos que efetivar estas leis né. (AS-1).

temos a equipe técnica completa e antes não tínhamos pedagogo, não tínhamos educadores, ou não tinha educador, agora nós já temos o grupo, temos a assistente social, psicólogos, então a equipe técnica teve um avanço muito grande, então para a assistência social, para gente prestar um atendimento para população, ou prestar um atendimento qualquer a qualquer pessoa, [...] eu tenho que ter um profissional capacitado. (AS-2).

eu entendo como um avanço a questão da equipe, a equipe ser comprometida, a equipe tentar fazer algo com que seja cumprida estas diretrizes para que tenha um trabalho mais profissional, mais tecnificado, uma coisa mais profissional mesmo, assim além da Política Nacional de Assistência o trabalho dos funcionários é essencial para o que foi previsto seja realmente efetivado. (AS-3).

principal avanço é a ação conjunta dos profissionais. (AS-4).

Observamos que todas identificam como avanço a equipe técnica qualificada. Realmente, ter uma equipe completa e capacitada faz a diferença na atuação profissional. Porém, somente a AS-1 remeteu sua resposta aos avanços para os usuários, confirmando que, muitas vezes, os assistentes sociais do CREAS valorizam mais a estrutura do equipamento, do que aquilo que é realmente mais importante, isto é, a qualidade do atendimento prestado para a vida dos usuários, visto que o CREAS é uma mediação necessária para a atuação profissional na intervenção das expressões da "questão social".

3.2.2 Um balanço das análises obtidas.

Interpretar e analisar as entrevistas das assistentes sociais que atuam no espaço sócio-assistencial do CREAS foi um grande desafio, visto que, temos que ter um cuidado e responsabilidade com o que vamos apontar e analisar a partir de suas falas.

Devemos salientar que o apesar do desafio, em qualquer momento tivemos a intenção de analisar a qualidade do trabalho profissional das entrevistadas e que as suas falas abrilhantaram este TCC. O conteúdo posto em suas reflexões foram muito enriquecedores, pois percebemos alguns impasses no que tange as dimensões teórico-meodológicas e técnico-operativas da profissão, bem como ao Projeto Ético-político. Todas as profissionais, em determinados momentos da entrevista, levantaram esta questão expondo suas dificuldades de atendimento em rede e que há dificuldade da rede compreender a importância dos encaminhamentos sociais.

Também percebemos que a equipe técnica está bem articulada e consegue realizar uma intervenção em conjunto, ou seja, a equipe interdisciplinar, de acordo com o aporte teórico de cada profissão, consegue intervir nas expressões da "questão social" que são atendidas no CREAS, como o caso de violência contra a mulher, contra crianças e adolescentes, contra os idosos, dentre outros.

Outro apontamento importante se refere a PNAS. Foi possível perceber que as profissionais compreendem a importância e o avanço desta política para a profissão, e quanto a execução, percebem que ela é um instrumental para a garantia de direitos sociais, e a materialização LOAS de 1993.

Contudo, a profissão não se resume a estes avanços conquistados desde a Política de Seguridade Social prevista na Constituição Federal de 1988. O serviço social teve a maturidade de se reconhecer e propor uma mudança no paradigma teórico e consequentemente na sua prática, visto que a profissão busca compreender a totalidade da vida social a partir das mediações necessárias para intervenção profissional.

Inerente a este processo, não podemos deixar de apontar o modo de produção capitalista e a exploração capital x trabalho, que põem frente a frente capitalista e proletário, ambos com interesses antagônicos. Deste conflito resultam as expressões da "questão social", e, foi deste processo que o Estado aliado ao grande capital monopolista viu a necessidade de emergir um profissional especializado para intervir nas relações sociais de produção.

Assim, Iamamoto & Carvalho (2014) chamam o assistente social de "profissional de Linha de Frente", que remete a profissão as protoformas do serviço social, mas que devido ao seu movimento de reconceituação e a intenção de ruptura,

passou a visualizar um processo de ruptura com a prática que induzia a manutenção do capital. Atualmente, buscamos um processo interventivo que promova mudanças sociais em direção a uma sociedade mais justa, igualitária, e quem sabe um dia transcenderemos para uma sociedade socialista.

E o grande desafio contemporâneo para o serviço social, é o aprofundamento do MPC, pois enquanto o capital comanda a vida econômica, política e social, devemos estar sempre em estado de crítica para nos atentarmos aos golpes que o capitalismo promove à classe trabalhadora. Em tempos neoliberais, o que temos visto é a imposição da reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho e a desregulamentação do Estado, uma prova cabal de que neste processo há um aprofundamento das expressões da "questão social".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos uma trajetória ao longo deste trabalho, com inúmeras descobertas e aprendizados. Não podemos deixar de dizer que foi uma aventura nos inserimos nas profundezas do capitalismo, mas também devemos apontar que este estudo traz uma abordagem sintética diante da quantidade de contradições que permeiam o capitalismo imperialista.

Visto isso, ao longo deste trabalho buscamos analisar e interpretar todos os dados que foram obtidos para a elaboração da pesquisa. O que buscamos foi apresentar um campo teórico, a partir da crítica à economia política, para explicar as contradições postas em nossa realidade. Fizemos um exercício de compreensão de todo o campo teórico para retornar à realidade com um novo olhar sobre as expressões da "questão social" e vimos a partir do campo teórico que há um aprofundamento delas a partir do desenvolvimento e transformações que o capitalismo vem construindo ao longo das décadas.

E, ao final deste trabalho, depois de realizar uma inserção no campo teórico e buscarmos mais respostas no campo de intervenção do serviço social, o CREAS de Paranaguá, conseguimos confirmar a hipótese apresentada no início deste estudo, ou seja, percebemos que conforme o modo de produção capitalista se renova em busca da taxa de ampliação permanente do lucro atrelado a política neoliberal contemporânea promove o aprofundamento das expressões da "questão social", visto que o neoliberalismo incide diretamente na redução de direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo dos anos pela classe trabalhadora.

Portanto, o desafio do serviço social do CREAS é o aprofundamento das expressões da "questão social" na mesma linha que há um aprofundamento e renovação do modo de produção capitalista em busca de ampliação de suas taxas de lucros.

Em tempos de ideologia neoliberal, as relações sociais de produção se flexibilizam e o capital promove a desregulamentação do Estado com os direitos trabalhistas e imanente a este processo há a ampliação do exército industrial de reserva, em todas suas vertentes.

Pensamos que o desafio posto à categoria profissional na contemporaneidade é intervir não apenas na garantia dos direitos, mas lutar para que esses direitos não

retrocedam, não sejam minimizados, pois os direitos sociais e trabalhistas foram conquistados mediante várias lutas da classe trabalhadora contra as amarras do capital.

E, atualmente vemos estes retrocessos à luz do dia com a reestruturação produtiva, buscando ampliar a apropriação da mais-valia relativa e a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais.

Enfim, o que podemos afirmar e o que foi posto ao longo do trabalho, é que jamais haverá a redução ou extinção da "questão social" enquanto a economia mundial for regida pelo capitalismo, que tende a se aprofundar cada vez mais em busca da única coisa que lhe interessa, a mais-valia.

Então não nos enganemos, a luta da categoria profissional é constante e diária, e devemos estar em estado de crítica e atentos para enfrentar os golpes sorrateiros que o capitalismo impõem à classe trabalhadora, visto que nossa luta é garantir a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e mais, lutamos para transcender a economia capitalista para um modo econômico, político e social mais justo e igualitário, e somente assim, conquistarmos a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BEHRING & BOSCHETTI, Elaine Rossetti & Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. – 9. Ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

BERING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. - 2. ed. - São Paulo : Cortez, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.622 de 13 de Março de 1993. Institui a regulamentação da profissão e dá outras providências. **Código de ética do/a assistente social**. - 10ª. ed. rev. e atual. – Brasília : Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 27 de Maio de 2016.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**, Lei nº8662/93.

CFESS. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social**. – Brasília : CFESS, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. – 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

ESCORSIM, Silvana Maria. **A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social**. Revista Espaço Acadêmico, nº86, Julho de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.pdf>>. Acesso em: 16 de Maio de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas, 1999.

GUERRA, Yolanda. **No Que se sustenta a falácia de que “Na Prática a Teoria é Outra”?** – 2005, Unioeste – campus Cascavel, 2º Seminário Nacional de Estado e Políticas Sociais no Brasil.

IAMAMOTO & CARVALHO, Marilda Vilela & Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 41. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 10. Ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** – ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade & Eva Maria. **Metodologia científica.** - 4. ed. - 3. reimpr. - São Paulo : Atlas, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. – 8. Ed. – São Paulo : Cortez, 2003.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo :Boitempo, 2013.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **Pauperização relativa, desigualdade social e a “questão social” contemporânea.** – Brasília (DF) – Temporalis : n. 29, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9318/7470>>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2016.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social:** um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO & BRAZ, José Paulo & Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. – 8. Ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** - 8. ed. - São Paulo : Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais.- 3. Ed. - São Paulo : Cortez, 2006.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. - 2. Ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2010.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 DE 15 DE SETEMBRO DE 2009. Ementa: Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Aprova: Tipificação Nacional de Serviços Sociassistenciais.

SANTOS, BACKX & GUERRA, Cláudia Mônica dos, Sheila, Yolanda (Organizadoras); **A dimensão técnico-operativa no serviço social:** desafios contemporâneos; - Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. 184p.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-históricos.** - 2º ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT : EdUFMT, 2014.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?**. – 1. Ed. – São Paulo : Cortez, 2013.

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipação>.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A assistência na trajetória da políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 1986.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In SANTOS, BACKX e GUERRA, Cláudia Mônica dos, Sheila, Yolanda (Organizadoras); **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos;** - Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2012. 184p.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Metodologia do serviço social: contribuição para sua elaboração.** - 3ª Ed. - Rio de Janeiro : Agir, 1985.

APÊNDICE 1



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Com finalidade de conclusão do curso de Graduação em Serviço Social, eu **Carolina de Miranda Evangelista**, estou realizando uma Pesquisa Qualitativa com o tema "Os desafios do Serviço Social frente ao aprofundamento das expressões da 'Questão Social' no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS - de Paranaguá" com a orientação da Prof.^a Dr.^a Giselle Ávila Leal de Meirelles.

Nesta pesquisa, pretendemos compreender quais os desafios do Serviço Social frente ao aprofundamento das expressões da "Questão Social" e a exploração do modo de produção capitalista na contemporaneidade no âmbito do CREAS de Paranaguá.

A participação nesta pesquisa se dará de forma voluntária. Todas os questionamentos pertinentes a esta pesquisa serão esclarecidos e a qualquer momento, caso necessite, o/a voluntário (a) poderá realizar a desistência em total liberdade.

Na publicação final dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo e, conseqüentemente, serão omitidos quaisquer informações que possam identificá-lo (a). Mesmo que o/a voluntário (a) não possua benefício direto com a participação nesta pesquisa, indiretamente, o/a voluntário (a) estará contribuindo para a compreensão do objeto de estudo e para a produção de uma pesquisa científica.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5 (cinco) anos, e após este período serão destruídas.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Sr. (a).



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



**Consinto em participar desta pesquisa e, declaro ter recebido uma cópia deste
Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos.**

Assinatura do/a Participante.

Carolina de Miranda Evangelista
Pesquisadora.

Prof.^a Dr.^a Giselle Ávila Leal de Meirelles
Professora Dr.^a Orientadora.

Matinhos, ____ de _____ de 2016.

A pesquisadora se coloca a disposição para quaisquer dúvidas eventuais, desconforto ou dificuldade, através do telefone (041) 9552-4533 ou do e-mail: carolina_miranda93@live.com a qualquer momento.

Atenciosamente,
Carolina de Miranda Evangelista.

APÊNDICE 2

Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral

**Roteiro de entrevista a ser realizada com os (as) Assistentes Sociais do CREAS de Paranaguá.**

1) Qual é a sua concepção sobre o serviço social na contemporaneidade?

2) Para você, quais são os principais objetivos do serviço social dentro do CREAS?

3) Como você avalia a atuação do Serviço Social no CREAS de Paranaguá?

4) Como você avalia a atual Política Nacional de Assistência Social no Brasil?

5) Dentro do contexto do CREAS de Paranaguá, quais os principais instrumentais técnico-operativos utilizados pelo Serviço Social?

6) Qual é a sua concepção sobre a relação entre o serviço social e a “questão social” brasileira?



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



7) Para você, como o modo de produção capitalista pode incidir no serviço social brasileiro e nas expressões da “questão social” contemporâneas?

8) Como você percebe a articulação entre a atual Política Nacional de Assistência Social e as expressões da "questão social" no país?

9) Para você quais são as expressões da "questão social" mais atendidas neste CREAS?

10) Para você qual é a importância do Serviço Social para os usuários deste CREAS?

11) Para você, quais são os principais desafios para a "questão social" neste CREAS?

12) E, por outro lado, quais os principais avanços para a "questão social" no CREAS de Paranaguá?
